

Sanhores Acionistas.

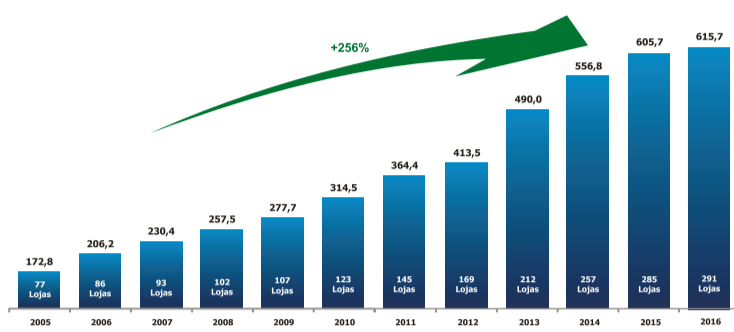
Apresentamos para sua análise e apreciação o Relatório de Administração, as Demonstrações Financeiras da GUARARAPES CONFECÇÕES S.A. individual ("Companhia") e consolidado, com o relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

### 1. ANÁLISE CORPORATIVA

O ambiente macroeconômico presente neste exercício elevou o nível de desafio de expansão de vendas e margem das operações de varejo em todo o país. Ao longo de todo o ano, a Companhia enfrentou um ambiente competitivo bastante agressivo em preço e promoções. A dificuldade de voltar a expandir margem bruta de mercadorias mostrou-se clara no decorrer do primeiro semestre do ano. A partir do terceiro trimestre, a Companhia passou a mostrar os primeiros sinais de melhora em sua margem bruta de mercadorias através de um movimento de maior qualidade de coleção, exposição em loja e logística. Tal melhora foi intensificada no decorrer do quarto trimestre quando a margem bruta de mercadorias passou a reagir positivamente a todos estes fatores de forma mais intensa.

A busca por ganho de produtividade continuou presente ao longo de 2016, porém com esforços iniciais mais direcionados para as áreas administrativas e de apoio. A evolução dos métodos de produção implementados em loja no decorrer de 2015 continuaram a gerar valor através da melhora da qualidade da operação e consequente aumento da produtividade. Desta forma, o indicador área de vendas (m²) por colaborador melhorou 42,1% no decorrer dos últimos três anos e 12,2% apenas em 2016. Os desafios macroeconômicos, porém, não diminuíram a convergência da companhia em relação à oportunidade existente no desenvolvimento do seu modelo de negócio baseado nos conceitos de fast fashion. A prova disso foi a conclusão no novo centro de distribuição localizado em Guarulhos ao final do mês de setembro que trouxe para a Companhia a mais alta tecnologia existente no Mundo. Adicionalmente, a Riachuelo manteve seu processo de expansão ao inaugurar 6 lojas em 2016, encerrando o exercício com 291 lojas em operação. Sendo assim, de 2005 ao final de 2016, a Companhia aumentou sua área de vendas em 256%, adicionando 443 mil m² no período.

Área de Vendas (mil m²) ao final do período



A Riachuelo manteve sua proposta de democratizar a moda, oferecendo aos clientes de todo Brasil peças com design a preços acessíveis. No mês de abril, a Companhia lançou uma coleção exclusiva com Karl Lagerfeld, um dos estilistas mais famosos do mundo e mundialmente reconhecido pela abordagem ambiciosa e vanguardista de seus designs. A marca homônima reflete sua própria estética através de roupas e acessórios criativos. As 75 peças desenvolvidas, sob a liderança artística do próprio estilista, teve ready-to-wear e acessórios para mulheres, incluindo bolsas, carteiras, cases para iPhone e itens colecionáveis. A coleção foi lançada com grande repercussão através de uma campanha nacional de mídia, incluindo uma campanha de TV e em veículos impressos, um evento de lançamento durante a São Paulo Fashion Week e ambientação especial dentro das lojas Riachuelo.

Em maio de 2016, a Riachuelo lançou sua segunda coleção em parceria com Sandro Dias. Com 34 peças, a coleção que chegou às lojas selecionadas de todo o Brasil trazendo bermudas, regatas, camisetas, calças, camisas e moletons em tons de branco, preto, chumbo, camelo e marinho. O skatista teve participação especial em todo o processo de criação: do desenhamento ao lançamento quanto à modelagem e construção das peças - visando sempre adequar as roupas à prática do esporte, com o reforço de costuras, altura dos cavalos nas bermudas, posição dos bolsos, entre outros detalhes.

No Dia dos Pais, a Riachuelo lançou uma coleção feita exclusivamente para celebrar a arte. A inspiração ficou por conta da navegação náutica, com os tons de azuis e detalhes em vermelho compondo a cartela de cores. Entre as novidades, estava a nova linha para os homens casuais, trazendo peças para a coleção de trabalho sem a formalidade padrão.

A Riachuelo elegue Cuba como cenário e inspiração para o lançamento de Primavera/Verão 2017. Batizada de "Cores de Cuba", a campanha foi estrelada pela baiana Daniela Braga, a angolana Maria Borges, a carioca Larissa Canela e a russa Yana Trufanova. A Campanha registrou desde a região histórica de Havana Velha até os carros vintage conversíveis que circulam pela capital Havana.

Por fim, a Companhia também realizou uma parceria com a Isolda, marca que conquistou a indústria de moda global com o seu inovador DNA brasileiro. Desenvolvida especialmente para a Riachuelo, a coleção Isolda e Riachuelo juntas em Ode ao Brasil trouxe peças em algodão e viscose que celebraram a cultura e as riquezas naturais do país. Fiel à sua identidade, a marca explorou elementos da fauna e flora em prints autorais e cores de bossa, que exaltaram suas origens e trouxeram poesia para a linha. O Teatro Riachuelo, no Rio de Janeiro, foi eleito como cenário para a campanha de ampliar. Tomado pelo Patrimônio Histórico, o antigo cine Palácio e agora Teatro Riachuelo reforça o intuito da Companhia de ampliar o acesso a arte e à cultura presente desde a inauguração do Teatro Riachuelo em Natal.

Vale destacar que o desempenho dessas parcerias comerciais vai além do enorme sucesso alcançado em suas vendas. O ganho de imagem de moda junto a um público jovem cada vez mais atento e consciente no que diz respeito aos aspectos ecológicos e sociais é o grande trunfo gerado por tais ações estratégicas. Em relação à operação financeira, a companhia manteve o seu cenário mais consistente privilegiando a qualidade de suas operações ao invés de maiores volumes ainda diante de um cenário econômico bastante desafiador. No ano 2016, a Riachuelo recebeu um reconhecimento inédito, sendo eleita uma das Melhores Empresas em Gestão de Pessoas, pela revista Valor Carreira. Este prêmio, junto à participação mais uma vez no ranking das Melhores Empresas para se Trabalhar, da Revista Época, e uma das Melhores para se Trabalhar no Varejo, da Revista No Varejo, revelam que o trabalho que tem sido feito traz bons resultados.

Como forma de reconhecimento pela qualidade das informações financeiras divulgadas ao mercado em geral, o Grupo Guararapes recebeu, pelo terceiro ano consecutivo, o Prêmio Troféu Transparência 2016 e foi eleita como a melhor dentre as empresas premiadas em sua categoria. Concedido pela Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (Anefac), em parceria com a Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuárias e Financeiras (Fipecaf) e Serasa Experian, o 20º Troféu Transparência reconheceu as melhores demonstrações financeiras do mercado.

### 2. DESEMPENHO OPERACIONAL

#### 2.1. Guararapes

A Guararapes é o maior Grupo empresarial de moda do Brasil e controlador da rede varejista Lojas Riachuelo. Em linha com a estratégia de integração adotada, 100% de sua produção foi destinada às lojas do Grupo no decorrer de 2016. Neste exercício, a produção da Guararapes totalizou 39,8 milhões de peças. Nos últimos anos, a Companhia investiu fortemente na modernização de seu parque fabril, através da aquisição de maquinários de última geração que proporcionam aumento de produtividade e maior desenvolvimento de moda em suas peças.

No período acumulado de janeiro a dezembro, a venda total da Riachuelo foi composta por 32,5% de produtos Guararapes. Vale destacar que o atual patamar de participação de produtos Guararapes está contemplado no planejamento da Companhia uma vez que a capacidade de produção da Guararapes vem sendo utilizada para a produção de itens modais, de maior valor agregado.

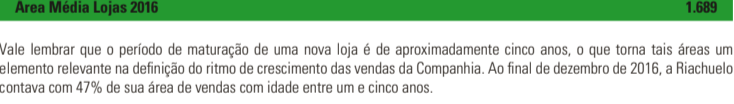
#### 2.2. Lojas Riachuelo

No ano de 2016, a Riachuelo inaugurou seis lojas, totalizando 291 unidades em operação e 615,7 mil m² de área de vendas ao final do exercício.

Novas Lojas 2016	Inauguração	Área de vendas (m²)
1 - Criciúma/SC - Nações Shopping	16 de abril de 2016	1.849
2 - Goiânia/GO - Shopping Cerrado	26 de abril de 2016	1.410
3 - Porto Alegre/RS - Shopping Iguatemi Porto Alegre	27 de abril de 2016	1.711
4 - Nova Iguaçu/RJ - Shopping Nova Iguaçu	28 de abril de 2016	2.360
5 - Fortaleza/CE - Shopping RioMar Presidente Kennedy	26 de outubro de 2016	2.071
6 - Juiz de Fora/MG - Halfeld	10 de novembro de 2016	733
<b>Total Área de Vendas 2016</b>		<b>10.134</b>
<b>Área Média Lojas 2016</b>		<b>1.689</b>

Vale lembrar que o período de maturação de uma nova loja é de aproximadamente cinco anos, o que torna tais áreas um elemento relevante na definição do ritmo de crescimento das vendas da Companhia. Ao final de dezembro de 2016, a Riachuelo contava com 47% de sua área de vendas com idade entre um e cinco anos.

Número de Lojas



Idade Área de Vendas - 2016



#### Receita Líquida e Margem Bruta

A receita líquida consolidada de mercadorias totalizou R\$ 4.256,6 milhões em 2016, 4,6% maior que os R\$ 4.068,2 milhões registrados em 2015. No critério "mesmas lojas", houve queda de 0,5%. A margem bruta consolidada de mercadorias registrou queda de 0,1 p.p. no ano, passando de 51,0% em 2014 para 50,9% em 2016.

A performance de venda em mesmas lojas e a expansão da margem bruta consolidada de mercadorias apresentadas nos últimos meses de 2016 é reflexo do bom desempenho das novas coleções, da melhora do nível de estoque e do menor volume de demarcação, mesmo diante de um ambiente promocional ainda bastante competitivo.

#### 2.3. Midway Shopping Center e Imóveis Próprios

Localizado no mais importante cruzamento da cidade de Natal-RN, formado pela Av. Senador Salgado Filho e pela Av. Bernardo Vieira, eixos estruturais da malha viária da cidade, o Midway Mall tem excelentes condições de acessibilidade e está, no máximo, a quinze minutos dos principais bairros, fazendo com que todo o perimetral urbano esteja no raio de sua área de influência.

Inaugurado em 27 de abril de 2005 e atualmente com a quase totalidade de sua área bruta locada, o Shopping dispõe de 231 mil m² constituídos por três pavimentos, expansão de lojas, lojas satélites, trineza de cinema (Cinemark), praça de alimentação e serviços diversos. O terceiro pavimento, expandido em 2010, abriga sete salas de cinema (Cinemark), cinco âncoras, lojas satélites e um completo espaço gourmet composto por renomados restaurantes da cidade.

Ainda no terceiro piso, o Midway Mall conta com o Teatro Riachuelo, a mais moderna e completa casa de espetáculos de Natal. Inaugurado em dezembro de 2010, o espaço tem capacidade para até 3.500 espectadores, dependendo de sua configuração.

Além deste empreendimento, o shopping busca consolidar seu mix de lazer, entretenimento e cultura, proporcionando ao público uma ampla variedade de shows e espetáculos através de uma administração especializada em parceria com operadores com grande experiência no segmento.

A seguir, segue tabela demonstrando a evolução de suas receitas e de seu EBITDA. Vale ressaltar que as receitas e despesas referentes à operação do shopping são consolidadas, respectivamente, nas linhas de "Receita Bruta" e de "Despesas Gerais e Administrativas".

	12M16	12M15	Var. (%)
Midway Mall (R\$ Mil)			
Receita Líquida de Aluguel e Luvas (R\$ Mil)	66.717	61.703	8,1%
EBITDA (R\$ Mil)	59.739	56.642	6,5%
Margem EBITDA	89,5%	91,8%	-2,3 p.p.
ABL (mil m²)	65,7	65,7	0,0%
EBITDA/ABL (R\$/m²)	909,5	862,4	5,4%
NOI (R\$ Mil)	62.444	59.255	5,4%
Margem NOI	90,3%	92,5%	-2,2 p.p.

A receita líquida do Midway Mall totalizou R\$ 66,7 milhões em 2016, 8,1% maior que os R\$ 61,7 milhões registrados no mesmo período de 2015. O EBITDA do shopping totalizou R\$ 59,7 milhões em 2016, 5,5% maior que o apurado no mesmo período de 2015. A margem EBITDA totalizou 89,5%, 2,3 p.p. menor que os 91,8% apurados no 12M15 em função do aumento das despesas com multas contratuais e da despesa com provisão para perdas dos aluguéis vencidos a mais de 90 dias.

### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Além da operação do Shopping Center, o Grupo destaca-se por possuir um portfólio representativo de lojas em imóveis próprios. Dentre as 291 lojas da Riachuelo em operação ao final de dezembro de 2016, 46 estavam instaladas em imóveis pertencentes ao Grupo. Desta forma, dos atuais 615,7 mil m² de área de vendas total, 119,4 mil m² (19%) referem-se às lojas localizadas em imóveis próprios. Considerando tais imóveis, juntamente com os dois centros de distribuição e as seis plantas de produção industrial, o Grupo possui aproximadamente 800 mil m² em área bruta construída.

	Quantidade	(%)
<b>Lojas em Imóveis Próprios</b>	<b>46</b>	<b>16%</b>
Lojas em Shopping	8	3%
Lojas em Rua	38	13%
<b>Lojas em Imóveis Alugados</b>	<b>245</b>	<b>84%</b>
Lojas em Shopping	234	80%
Lojas em Rua	11	4%
<b>Total de Lojas</b>	<b>291</b>	<b>100%</b>

#### 2.4. Transportadora Casa Verde

A Transportadora Casa Verde (TCV) é responsável por parte da logística do Grupo e, devido aos investimentos realizados nos últimos anos, principalmente em tecnologia, é capaz de entregar regularmente os produtos fabricados pela Companhia para as Lojas Riachuelo de forma bastante eficaz.

#### 2.5. Midway S.A – Crédito, Financiamento e Investimento

No período de janeiro a dezembro de 2016, a Receita da Operação Financeira atingiu R\$ 1.691,8 milhões, 15,9% maior que os R\$ 1.459,8 milhões apurados no mesmo período de 2015. A redução apresentada na linha de Receitas de Comissões sobre Cartão Bandeira reflete a decisão da companhia de reduzir o volume de tais operações visto o risco associado ao atual cenário macroeconômico e, também, o efeito do diferimento da receita de anuidade.

Em R\$ mil	12M16	12M15	Var. (%)
<b>Receita da Operação Financeira</b>	<b>1.691.421</b>	<b>1.459.786</b>	<b>15,9%</b>
Receita Financeira de Vendas			
c/ Juros, Multa e Juros s/ atrasos	1.190.985	966.222	23,3%
Receita de Empréstimo Pessoal e Saque Fácil	282.030	292.323	-3,5%
Receitas de Comissões sobre Prod. Financeiros	126.437	103.601	22,0%
Receitas de Comissões sobre Cartão Bandeira	91.969	97.641	-5,8%
<b>Provisão Créditos de Liquidação Duvidosa</b>	<b>(629.689)</b>	<b>(571.009)</b>	<b>10,3%</b>
PDD Empréstimo Pessoal e Saque Fácil	(90.792)	(92.586)	-1,9%
PDD Vds. com juros e sem juros	(538.896)	(478.423)	12,6%
<b>Descontos em Operações de Crédito</b>	<b>(243.511)</b>	<b>(175.796)</b>	<b>38,5%</b>
<b>Despesas com tarifas das bandeiras</b>	<b>(15.965)</b>	<b>(14.235)</b>	<b>12,2%</b>
<b>Resultado Bruto da Operação Financeira</b>	<b>802.256</b>	<b>698.746</b>	<b>14,8%</b>
Receitas Prestação Serviço p/ Riachuelo	37.027	36.252	2,1%
Outras Receitas Operacionais	30.623	42	n.m.
Despesas Tributárias	(90.214)	(79.479)	13,5%
Despesas Operacionais	(354.529)	(320.157)	10,7%
<b>Resultado Operacional</b>	<b>425.163</b>	<b>335.405</b>	<b>26,8%</b>
Receitas (Despesas) Financeiras	(47.209)	(15.518)	204,2%
<b>Resultados antes do IR</b>	<b>377.954</b>	<b>319.887</b>	<b>18,2%</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social	(167.845)	(112.231)	49,6%
<b>Lucro (Prejuízo) Líquido</b>	<b>210.109</b>	<b>207.656</b>	<b>1,2%</b>

A Companhia continuou a gerenciar seu estoque de provisões para devedores duvidosos com o intuito de manter a relação PDD x Volume de Carteira nos patamares adequados em relação ao nível de risco das operações. Com o objetivo de melhor ilustrar o processo de constituição da Provisão para devedores duvidosos, segue tabela contendo a abertura da carteira por faixa de atraso e seus respectivos estoques de provisão. O quadro traz ainda uma comparação da relação PDD x Volume de carteira com os níveis mínimos exigidos pela Resolução 2682 do BACEN.

Em R\$ mil	Saldo	Saldo	Saldo PDD (%)	Saldo PDD (%)	
Dezembro - 2016	Dezembro - 2016	Dezembro - 2016	Mínimo requerido (Bacen)	Mínimo requerido (Bacen)	
Faixa de atraso (dias)	Risco	Carteira	Saldo PDD (%)	Risco	Mínimo requerido (Bacen)
em dia	A	1.977.582	30,649	A	0,5%
15-30	B	105.301	4,893	B	1,0%
31-60	C	107.718	10,398	C	3,0%
61-90	D	89.705	13,787	D	10,0%
91-120	E	84.691	29,657	E	30,0%
121-150	F	79.622	48,851	F	50,0%
151-180	G	68.549	59,920	G	70,0%
181-360	H	438.408	438,408	H	100,0%
<b>Dezembro 2016 Total</b>		<b>2.951.586</b>	<b>636.563</b>		<b>21,6%</b>
<b>Até 180 dias</b>		<b>2.513.178</b>	<b>198.155</b>		<b>7,9%</b>
<b>Índice de Cobertura (Vencidos há mais de 90 dias)*</b>					<b>94,8%</b>
<b>Saldo PDD x Mínimo requerido (Bacen)</b>					<b>110,8%</b>
<b>* PDD Total sobre créditos com atraso superior a 90 dias (E-H)</b>					

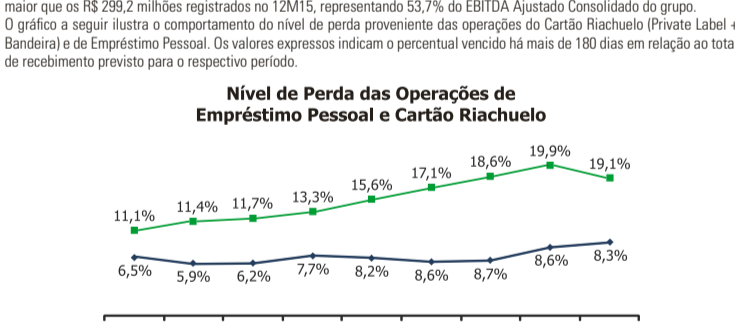
Conforme ilustrado, a Midway Financeira possui estoque de provisão superior ao patamar mínimo estabelecido pelo Banco Central para todas as faixas de volume de carteira (A-H). Sendo assim, a Companhia encerrou o período com saldo de PDD 10,8% acima do mínimo requerido pelo BACEN com provisão total suficiente para cobrir 94,8% dos créditos em atraso superiores à 90 dias. O estoque de provisão encerrou o período em 7,9% sobre a carteira com vencidos até 180 dias.

Em R\$ mil	12M16	12M15	Var. (%)
<b>EBITDA da Operação Financeira</b>			
Receita Bruta	1.691.421	1.459.786	15,9%
Receita Financeira de Vendas c/ Juros, Multa e Juros s/ atrasos	1.190.985	966.222	23,3%
Receita de Empréstimo Pessoal e Saque Fácil	282.030	292.323	-3,5%
Receitas de Comissões sobre Prod. Financeiros	126.437	103.601	22,0%
Receitas de Comissões sobre Cartão Bandeira	91.969	97.641	-5,8%
Despesas Tributárias	(90.214)	(79.479)	13,5%
<b>Receita Líquida</b>	<b>1.601.207</b>	<b>1.380.307</b>	<b>16,0%</b>
Custos	(259.476)	(190.031)	36,5%
Descontos em Operações de Crédito	(243.511)	(175.796)	38,5%
Despesas com tarifas das bandeiras	(15.965)	(14.235)	12,2%
<b>Lucro Bruto</b>	<b>1.341.731</b>	<b>1.190.276</b>	<b>12,7%</b>
Despesas c/ PDD	(629.689)	(571.009)	10,3%
<b>Margem de Contribuição da Operação Financeira</b>	<b>712.042</b>	<b>619.267</b>	<b>15,0%</b>
Outras Receitas Operacionais	30.623	42	n.m.
Despesas Operacionais	(354.529)	(320.115)	10,8%
<b>EBITDA Operação Financeira</b>	<b>388.136</b>	<b>298.194</b>	<b>29,7%</b>
<b>% s/o EBITDA Ajustado Consolidado</b>	<b>53,7%</b>	<b>39,2%</b>	<b>14,4 p.p.</b>

No 12M16, a despesa com perdas e PDD totalizou R\$ 629,7 milhões, 10,3% maior que os R\$ 571,0 milhões registrados em 2015. O patamar atual de provisão (7,9%) contempla a expectativa da Companhia para o desempenho de seu nível de perda no decorrer dos próximos meses. Vale destacar que tais despesas contemplam as perdas provenientes da operação do cartão bandeira e de empréstimo pessoal.

As Despesas Operacionais, em 2016, totalizaram R\$ 354,5 milhões, 10,8% acima dos R\$ 320,1 milhões apurados no mesmo período do ano anterior. Para facilitar o entendimento, as despesas administrativas e as demais despesas operacionais estão consolidadas na linha "Despesas Operacionais".

Como consequência dos fatores mencionados, o EBITDA da Operação Financeira alcançou R\$ 388,3 milhões no exercício, 29,7% maior que os R\$ 299,2 milhões registrados no 12M15, representando 53,7% do EBITDA Ajustado Consolidado do grupo. O gráfico a seguir ilustra o comportamento do nível de perda proveniente das operações do Cartão Riachuelo (Private Label + Bandeira) e de Empréstimo Pessoal. Os valores expressos indicam o percentual vencido há mais de 180 dias em relação ao total de recebimento previsto para o respectivo período.



O nível de perda do Cartão Riachuelo, incluindo cartão bandeira, atingiu 8,3% ao final de dezembro, menor que os 8,6% reportados em setembro e em linha com o esperado pela companhia. Já o nível de perda das operações de empréstimo pessoal encerrou o exercício em 19,1%. A carteira de tal operação, sem considerar os encargos, totalizava R\$ 279,0 milhões ao final de dezembro de 2016. O Índice Basileia encerrou o período em 22,7%. Este índice é um indicador internacional definido pelo Comitê de Basileia de Supervisão Bancária, que recomenda a relação mínima de 8% entre o capital e os ativos ponderados pelos riscos. No Brasil, a relação mínima exigida é de 11%, conforme regulamentação vigente (Resolução nº 4.193/13 do CMN, Circular nº 3.644/13 e Circular nº 3.477/09 do BACEN).

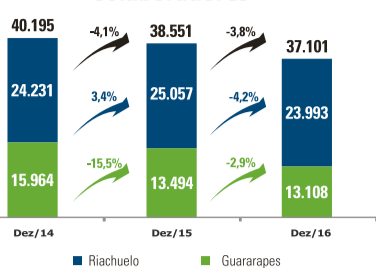
#### Base Total de Cartões (Milhões)



A base total de cartões atingiu a marca de 28,2 milhões de cartões Private Label. No acumulado de janeiro a dezembro de 2016, o ticket médio atingiu R\$ 175,7, um aumento de 8,6% frente aos R\$ 161,7 registrados em 2015.

A partir de 2010, a Midway Financeira passou a oferecer o cartão embaixador aos seus clientes em parceria com as bandeiras Visa e Mastercard. Ao final de dezembro de 201

**Colaboradores**



**6. RESPONSABILIDADE SOCIAL**

O impacto social do desenvolvimento da cadeia, o cuidado com os colaboradores e a busca por opções ambientalmente responsáveis fazem parte do que o Grupo Guararapes entende como geração de valor. A complexa rede de fornecedores da Companhia é avaliada por meio de reconhecidas instituições. Internacionalmente, 400 fornecedores são avaliados por meio de protocolos como BSCI (Business Social Compliance Initiative), WCA (Workplace Conditions Assessment) e SMETA (Sedex Members Ethical Trade Audits). No Brasil, os mais de 380 parceiros são certificados pela ABVETEX e submetidos a visitas aleatórias de auditores. Além disso, o Grupo atua no Projeto Pró-Sertão, no qual R\$ 44 milhões foram investidos em 2016, fomentando a empregabilidade no estado do Rio Grande do Norte e beneficiando mais de 2.300 pessoas em 22 cidades. Além do aporte financeiro, a iniciativa leva à profissionalização e à rotina de responsabilidade social

e consciência das obrigações sociais e tributárias para estas pequenas comunidades. Do ponto de vista interno, as iniciativas nas áreas de saúde e segurança para todos o Grupo são o destaque. Com foco no bem-estar dos colaboradores, foi oferecida uma estrutura unida mais completa de atendimento médico, incluindo equipes especializadas e espaços equipados para atender as unidades fabris, CDs, Contact Center e matriz. Somente nas fábricas, são realizados atualmente, em média, 4.200 atendimentos por mês. Levando em conta as questões ambientais, em 2016 foi certificada a primeira loja por construção LEED (Leadership in Energy and Environmental Design), no bairro de Ipanema, no Rio de Janeiro. Foi um exercício importante para adotar conceitos já em todas as novas unidades inauguradas durante o ano, como controle inteligente de ar-condicionado, iluminação natural e por meio de lâmpadas LED e opções por menor consumo de água. Nas fábricas, o destaque foi o processo de beneficiamento de jeans que, com tecnologias a laser, substituiu as lavagens e diminuiu em 83% o consumo de água em relação ao processo de tradicional.

**7. RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES**

A política da Guararapes Confecções S.A. junto aos seus auditores independentes, no que diz respeito à prestação de serviços não relacionados à auditoria externa, se subordina nos princípios que preservam a independência do auditor. Esses princípios se baseiam no fato de que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais ou ainda advogar para o seu cliente. Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, a Administração informa que a sua auditoria – PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, durante o exercício de 2016, prestou os seguintes serviços à Guararapes Confecções S.A.

Serviços	Honorários	Prazo	Natureza
Auditoria	R\$ 890.000,00	Abril/16 - Março/17	Revisões trimestrais das informações financeiras durante 2016 e auditoria anual para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016

Adicionalmente, a Companhia contratou serviços de consultoria tributária da PwC, consultoria esta focada na revisão de procedimentos de apuração de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido

(CSLL) e verificação de cumprimento de obrigações acessórias ("Tax Compliance") em empresas do Grupo. Todos os serviços são realizados pelas normas de independências vigentes, e totalizam, em conjunto aproximadamente R\$ 2 milhões.

**8. INFORMAÇÕES NÃO AUDITADAS PELOS AUDITORES**

Todas as informações não monetárias apresentadas neste relatório não foram auditadas pelos auditores independentes do Grupo.

**9. PERSPECTIVAS PARA 2017**

O ano de 2017 trouxe uma série de perspectivas positivas na esfera econômica que ainda precisam se concretizar e trazer o atual cenário de renda, confiança e emprego para patamares mais animadores. A partir deste cenário, a Companhia decidiu ser cautelosa em suas decisões de investimento e em suas projeções internas. Desta forma, uma aceleração no atual ritmo de expansão ocorrerá somente quando houver um maior nível de conforto em relação à performance de vendas. A intensificação dos conceitos de fast fashion desenvolvidos e implementados no decorrer dos últimos períodos é um diferencial e tanto para superar o atual momento econômico. O novo centro Logístico recentemente inaugurado, uma estratégia de distribuição mais eficiente e uma coleção mais atrativa são elementos que devem contribuir para a performance da Companhia independente de uma retomada no âmbito macroeconômico. No quesito produtividade, a Companhia continuará a buscar patamares ainda melhores em suas lojas e áreas administrativas sem colocar em risco a qualidade de seus operações. A combinação de método de gestão com redesenho de processos tem sido um forte aliado na busca de geração de valor nestas frentes.

**10. AGRADECIMENTOS**

Em nome da Administração do Grupo, agradecemos aos nossos clientes, acionistas, fornecedores e instituições financeiras pela preferência e confiança depositada, e aos nossos colaboradores, pela dedicação, comprometimento e eficiência.  
Natal - RN, 14 de março de 2017.

Nevaldo Rocha  
Presidente

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota nº	2016	2015	2016	2015
Receita	30	1.039.252	1.049.694	5.921.650	5.507.306
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	31.1	(723.867)	(674.068)	(2.347.425)	(2.181.132)
<b>Lucro bruto</b>		<b>315.385</b>	<b>375.626</b>	<b>3.574.225</b>	<b>3.326.174</b>
Despesas com vendas	31.2	(10.525)	(10.183)	(2.536.929)	(2.267.691)
Despesas gerais e administrativas	31.3	(46.914)	(43.193)	(685.148)	(600.651)
Honorário da administração	28	(4.047)	(4.979)	(12.921)	(12.936)
Resultado de equivalência patrimonial	7	(43.425)	36.737	-	-
Outras receitas operacionais líquidas	32	52.481	38.746	64.406	29.157
<b>Lucro operacional</b>		<b>262.955</b>	<b>392.754</b>	<b>403.633</b>	<b>474.053</b>
Receitas financeiras	33	38.707	16.580	231.088	212.285
Despesas financeiras líquidas	33	(46.999)	(31.925)	(359.228)	(307.047)
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>33</b>	<b>(8.292)</b>	<b>(128.138)</b>	<b>(479.762)</b>
Imposto de renda e contribuição social – correntes	26	48.679	(32.658)	(147.637)	(247.594)
Imposto de renda e contribuição social – diferidos	26	14.209	5.464	189.693	218.518
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>		<b>62.888</b>	<b>(27.194)</b>	<b>42.056</b>	<b>(29.076)</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>317.551</b>	<b>350.215</b>	<b>317.551</b>	<b>350.215</b>
<b>Atribuível a</b>					
Acionistas da Companhia	34	-	-	317.551	350.215
<b>Lucro por ação atribuível aos acionistas da Companhia durante o exercício (taxa retida em R\$ por ação)</b>					
<b>Lucro básico/diluído por ação</b>	34	-	-	4,84663	5,34516
Por ação ON	-	-	-	5,33129	5,87968
Por ação PN	-	-	-	-	-

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**

Em milhares de reais

	Nota nº	2016	2015
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>317.551</b>	<b>350.215</b>
<b>Outros componentes do resultado abrangente</b>			
Itens a serem posteriormente reclassificados para o resultado	4.3 e 11	(224)	15
Resultado líquido de ajuste ao valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	-	(410)	25
Imposto de renda e Contribuição Social relacionados a componentes de outros resultados abrangentes	-	186	(10)
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>		<b>317.327</b>	<b>350.230</b>
<b>Atribuível a</b>			
Acionistas da Companhia	-	317.327	350.230

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**

Em milhares de reais

	2016	2015	2016	2015
<b>Recargas</b>				
Vendas brutas de produtos e serviços	1.279.755	1.258.198	7.409.590	7.008.719
Outras receitas	52.481	38.746	87.794	29.708
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	7.195	(284.571)
	1.332.236	1.296.944	7.504.579	6.753.856
<b>Insuços adquiridos de terceiros</b>				
Itens a serem posteriormente reclassificados para o resultado	(218.673)	(210.899)	(2.602.733)	(2.465.760)
Outras despesas	(302.615)	(214.863)	(2.362.236)	(1.670.473)
	(521.288)	(425.762)	(4.965.469)	(4.136.233)
<b>Valor adicionado bruto</b>	811.048	871.182	2.539.110	2.617.623
Depreciação e amortização	(27.406)	(26.798)	(286.062)	(250.767)
<b>Valor adicionado líquido produzido pela entidade</b>	783.642	844.384	2.253.048	2.366.856
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>				
Receita de Locação	-	-	66.009	60.807
Resultado de equivalência patrimonial	(43.425)	36.737	-	-
Receitas financeiras	38.708	16.580	248.232	212.285
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	778.925	897.701	2.567.289	2.639.948
<b>Reservas retidas em valor adicionado</b>				
Salários e encargos	(279.165)	(254.644)	(1.217.630)	(1.081.804)
Honorários de diretoria	(4.047)	(4.979)	(11.770)	(12.936)
Impostos, taxas e contribuições	-	-	-	-
Federais	(63.828)	(211.970)	(65.100)	(340.280)
Estaduais	(37.287)	(50.856)	(438.887)	(441.666)
Municipais	(2.885)	(3.708)	(119.085)	(107.461)
Juros e variações cambiais	(74.162)	(21.329)	(156.893)	(88.668)
Aluguéis	-	-	(240.373)	(216.918)
Juros sobre capital próprio	(91.085)	(135.895)	(91.085)	(135.895)
Reserva de incentivos fiscais	(114.503)	(38.173)	(114.503)	(38.173)
Lucros retidos	(111.503)	(176.147)	(111.503)	(176.147)
<b>Valor adicionado distribuído</b>	1778.925	1897.701	2.567.289	2.639.948

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

técnicas de avaliação. O Grupo usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

**h) Vida útil do imobilizado**

A depreciação do imobilizado é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

**4. Gestão de risco financeiro**

**4.1. Fatores de risco financeiro**

As atividades do Grupo o expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global do Grupo concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo. A gestão de risco é realizada pela tesouraria central do Grupo, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A tesouraria do Grupo identifica, avalia e protege a Companhia contra eventos riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais do Grupo. O Conselho de Administração estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

**(a) Risco de mercado**

**(i) Risco cambial**

O risco cambial da Companhia provém, basicamente, da importação de produtos para revenda. Para as operações em moeda estrangeira relacionadas com o seu ciclo operacional, a Companhia não adota nenhum mecanismo de proteção à possíveis variações cambiais considerando: (i) o curto prazo de pagamento que, em média, é de 60 dias; e (ii) balanceado volume de importação, onde uma maior valorização do dólar norte-americano significaria uma redução das margens desses produtos. A investida Loja Riachuelo não possui dois empréstimos em moeda estrangeira que venceram em 2016 e adquiriu dois novos empréstimos em moeda estrangeira para fins de capital de giro. Para proteger as exposições cambiais relacionadas a esses empréstimos em moeda estrangeira ambas contrataram operações com instrumentos financeiros derivativos do tipo "Swap", conforme descrito na Nota 12. A análise de sensibilidade requerida Instrução CVM nº 475/08 foi determinada com base na exposição a variações de cotação no dólar norte-americano convertidas a cotações projetadas para o exercício 2016, com base nos relatórios de inflação divulgados pelo Banco Central do Brasil. Em relação aos cenários foram utilizadas as mesmas premissas da gestão de risco da taxa de juros acima mencionada. A Administração da Companhia não considera a possibilidade de variações significativas nas taxas de câmbio.

Taxa US\$	Cenários negativos		Cenários positivos	
	Remoto I (-50%)	Possível I (-25%)	Cenário Provável (+25%)	Remoto II (+50%)
1,64	2,46	3,28	4,10	4,92

Operação	Moeda	Cenários negativos		Cenários positivos			
		Remoto I (-50%)	Possível I (-25%)	Provável (+25%)	Remoto II (+50%)		
Fornecedores - Estrangeiros	3,35	112.401	(57.375)	(29.862)	(2.349)	25.164	52.677
Empréstimos e financiamentos	3,35	562.511	(287.132)	(149.443)	(11.754)	125.935	263.625
Instrumentos financeiros Derivativos	3,35	152.174	(77.677)	(40.428)	(3.180)	34.069	71.317

Resultado:  
Variação cambial ativa ..... (422.184) (219.733) (17.283) - -  
Variação cambial passiva ..... - - - 185.168 387.619  
Impacto no Resultado ..... (422.184) (219.733) (17.283) 185.168 387.619

**(ii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros**

A Companhia e suas controladas diretas e indiretas podem incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas aos passivos financeiros práticos, captados junto ao mercado. Em relação às aplicações financeiras mantidas pela Companhia e suas controladas diretas e indiretas, as mesmas possuem condições de contratação atuais semelhantes às que as mesmas se originaram e, portanto, os valores registrados estão próximos aos valores de mercado. Essas aplicações financeiras foram consideradas como equivalentes de caixa e também como títulos e valores mobiliários, sendo neste caso classificadas como ativos financeiros disponíveis para venda. A análise de sensibilidade foi desenvolvida conforme Instrução CVM nº 475/08, considerando a exposição à variação da TJLP, principal indexador dos empréstimos contratados pela Companhia e pelas aplicações financeiras. Na elaboração dessa análise, a Companhia adotou as seguintes premissas: • Identificação dos riscos de mercado. • Definição do cenário provável do comportamento de risco (Cenário I). • Definição de dois cenários com deterioração de, pelo menos, 25% e 50% na variação de risco (Cenário II e Cenário III, respectivamente). • Apresentação do impacto dos cenários definidos. A Companhia mantém parte substancial de equivalente de caixa e títulos e valores mobiliários indexados a variação do CDI. A expectativa de mercado, conforme obtidos do relatório de inflação do Banco Central do Brasil, emitido em Fevereiro de 2017, indica uma taxa efetiva da SELIC em 10,86%, cenário provável para 2017.

Operação	Risco	Cenários negativos		Cenários positivos			
		Remoto I (-50%)	Possível I (-25%)	Provável (+25%)	Remoto II (+50%)		
Títulos e valores mobiliários... SELI	12,90%	519.112	7.994	11.991	15.988	19.984	23.981
Títulos e valores mobiliários... CDI	10,86%	336.951	4.399	6.598	8.798	10.997	13.196
Total.....		856.063	12.393	18.589	24.786	30.981	37.177

Operação	Moeda	Cenários negativos		Cenários positivos			
		Remoto I (-50%)	Possível I (-25%)	Provável (+25%)	Remoto II (+50%)		
Empréstimos - TJLP	TJLP	7,50%	417.803	4.304	6.456	8.608	10.760
Empréstimos - CDI	CDI	12,90%	123.399	1.900	2.850	3.800	4.751
Financiamento de ativo fixo (*)	-	4,50%	613	3	5	7	8
Financiamento de ativo fixo (*)	-	5,00%	577	4	5	7	11
Financiamento de ativo fixo (*)	-	5,50%	8.894	60	90	120	150
Financiamento de ativo fixo (*)	-	3,00%	36.579	136	203	271	339
Financiamento de ativo fixo (*)	-	3,50%	27.192	117	176	235	294
Financiamento de ativo fixo (*)	-	4,00%	2.572	13	19	25	32

Outros empréstimos e financiamentos ..... 2,90% 198 1 1 1 2 2  
Debitantes ..... CDI 15,29% 201.326 3.644 5.466 7.288 9.111 10.933

Total.....		873.125	10.182	15.271	20.362	25.458	30.547
------------	--	---------	--------	--------	--------	--------	--------

(\*) Operações pré-fixadas não sujeitas a variações de índices

Resultado:  
Receitas de aplicações financeiras ..... 12.393 18.589 24.786 30.981 37.177  
Despesa de juros sobre empréstimos e financiamentos ..... (10.182) (15.271) (20.362) (25.458) (30.547)  
Impacto no Resultado ..... 2.211 3.318 4.424 5.523 6.630

**BALANÇO PATRIMONIAL**

Em milhares de reais

	Nota nº	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
<b>ATIVO</b>					
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	10	226	211	616.363	367.355
Títulos e valores mobiliários	11	10.197	16.040	336.951	222.135
Instrumentos financeiros derivativos	12	-	-	63.528	-
Contas a receber de clientes	13	357.718	294.759	2.750.165	2.498.552
Partes relacionadas	28	10.912	17.852	-	-
Estoque	14	161.205	164.925	662.271	744.888
Tributos a recuperar	15	108.907	9.289	347.493	154.522
Outros ativos		27.136	3.363	63.194	80.807
		676.301	506.439	4.776.437	4.131.787
<b>Não circulante</b>					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26	-	-	510.	

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016** - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(b) Risco de crédito**

As atividades da Companhia compreendem a comercialização de confeções em geral, os artigos de uso pessoal e quaisquer outros correlatos. O principal fator de risco de mercado que afeta o negócio é a concessão de crédito aos clientes. Para minimizar as possíveis perdas com inadimplência de seus clientes, a Companhia e sua controlada indireta Midway Financeira adotam uma política de gestão rigorosa na concessão de crédito, consistindo em análises criteriosas do perfil dos clientes, bem como monitoramento temporário dos saldos a receber. A Midway Financeira, que detém os saldos a receber de clientes, apresenta saldo de provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 636.562 (R\$ 644.072 em 31 de dezembro de 2015), para cobrir os riscos de crédito. A controlada Midway Shopping Center Ltda. constitui uma provisão para as prováveis perdas nas cobranças de aluguel das lojas com vencimentos superiores à 90 dias no valor de R\$ 1.108 (R\$ 793 em 31 de dezembro de 2015). Todos os inadimplentes acima de 90 dias, cujas as negociações amigáveis foram concluídas, estão sendo cobrados através de ações judiciais com os riscos de despejos. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado.

**(c) Risco de liquidez**

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essas previsões levam em consideração os planos de financiamento da dívida do Grupo, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda. Em virtude da dinâmica de seus negócios, a Companhia e sua controlada indireta Midway Financeira mantêm flexibilidade na captação de recursos, mediante manutenção de linhas de crédito bancárias, com algumas instituições. O excesso de caixa mantido pelas entidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é transferido para a Tesouraria do Grupo. A Tesouraria localiza-se em São Paulo e investe o excesso de caixa em contas bancárias com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Na data do balanço, o Grupo mantém ativos líquidos de R\$ 519.112 (2015 - R\$ 288.206) que se espera que gerem prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez. A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados:

Operação	Controladora					Total
	Valor Contábil	Até 1 ano	2 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	
Fornecedores	43.440	43.440	-	-	-	43.440
Empréstimos e Financiamentos	8.653	4.165	2.822	2.117	-	9.104
Partes relacionadas	217.084	217.084	-	-	-	217.084
	<b>269.177</b>	<b>264.689</b>	<b>2.822</b>	<b>2.117</b>	-	<b>269.628</b>

Operação	Consolidado					Total
	Valor Contábil	Até 1 ano	2 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	
Fornecedores	379.403	379.403	-	-	-	379.403
Fornecedores - "Confirming"	74.481	74.481	-	-	-	74.481
Empréstimos e Financiamentos	1.234.338	992.344	299.804	502.658	37.625	1.832.431
Instrumentos Financeiros Derivativos	152.174	152.174	-	-	-	152.174
Debêntures	201.326	99.517	88.567	77.617	-	265.701
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	154.978	36.651	39.012	132.240	-	207.903
Partes relacionadas	217.084	217.084	-	-	-	217.084
	<b>2.413.784</b>	<b>1.951.654</b>	<b>427.383</b>	<b>712.515</b>	<b>37.625</b>	<b>3.129.177</b>

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade do Grupo, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

**(d) Linhas de financiamento**

	Consolidado	
	2016	2015
Saldo bancários a descoberto assegurado:		
Utilizado	620.655	1.696.698
Não utilizado	1.172.925	778.666
Saldo do BNDES a descoberto assegurado:		
Utilizado	1.168.404	1.011.941
Não utilizado	368.618	525.080

**4.2. Gestão de capital**

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e beneficiar às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Condizente com outras companhias do setor, o Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida. A estratégia do Grupo em ampliar o número de lojas em 2016 foi revisto em função da situação macroeconômica que o país estava passando, onde somente 6 novas lojas (28 em 2015) foram inauguradas, diminuiu em relação à de 2015, provocando a manutenção no índice de alavancagem financeira em 22%. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 podem ser assim resumidos:

	Consolidado	
	2016	2015
Total dos empréstimos e financiamentos (Nota 20)	1.234.338	1.418.077
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 12)	152.174	(63.528)
Debêntures (Nota 21)	201.326	-
Certificados de recebíveis imobiliários (Nota 22)	154.978	-
Empréstimos com partes relacionadas (Nota 28)	217.084	168.408
Menos: Caixa e equivalentes de caixa (Nota 10)	(616.363)	(367.355)
Menos: Títulos e valores mobiliários (Nota 11)	(336.951)	(222.135)
Dívida líquida	1.006.586	933.467
Total do patrimônio líquido	3.616.350	3.390.108
Total do capital	4.622.936	4.323.575
Índice de alavancagem financeira - %	22	22

**4.3. Estimativa do valor justo**

Presuppõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos. Os instrumentos financeiros foram contabilizados ao valor justo de acordo com o método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como segue: • Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1). • Informações, além dos preços cotados incluídas no nível 1, que são observáveis pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (Nível 2). • Informações para os ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis pelo mercado (ou seja, premissas não observáveis) (Nível 3). Os títulos e valores mobiliários foram considerados de nível 1 e o valor justo relacionado a eles foi apurado com base nas taxas médias divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) para instrumentos similares.

	2016							
	Até 3 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Valor Total	Ajuste a mercado	IRPJ e CSLL	Ajuste a mercado líquido (*)
Letras								
Financieras do Tesouro (FT).....	84.421	-	84.236	168.294	336.951	337.385	(434)	196 (238)

	2015							
	Até 3 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Valor Total	Ajuste a mercado	IRPJ e CSLL	Ajuste a mercado líquido (*)
Letras								
Financieras do Tesouro (FT).....	74.041	74.043	-	74.051	222.135	222.159	(24)	10 (14)

Variação no exercício de 2016 (224)

(\*) O ajuste a valor de mercado está registrado na rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido, líquido dos respectivos impostos. Os derivativos foram considerados de nível 2 e o valor justo relacionado a eles foi apurado com base em modelos de precificação consolidados para instrumentos financeiros dessa natureza e foram estimados em R\$ 152.174 negativos em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 63.528 positivos em 31 de dezembro de 2015). Não houve transferência entre os Níveis 1 e 2 durante o exercício.

**(a) Instrumentos financeiros - Nível 1**

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (como títulos mantidos para negociação e disponíveis para venda) é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Os instrumentos incluídos no Nível 1 compreendem, principalmente, os investimentos patrimoniais do IBOVESPA 50 classificados como títulos para negociação ou disponíveis para venda.

**(b) Instrumentos financeiros - Nível 2**

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Se todas as premissas relevantes utilizadas para determinar o valor justo de um instrumento puderem ser observadas no mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2. Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 3.

**Seção C - Informação por segmento**

**5. Apresentação de informações por segmentos**

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria-Executiva representada pelo Diretor Presidente, também responsável pela tomada das decisões estratégicas do Grupo. Os ramos mais significativos que o Grupo usa para as tomadas de decisões são o Varejo e Financeira, conforme descrito a seguir.

**Informações por segmento de negócios**

O Grupo está amparado nos segmentos denominados "Varejo" e "Financeira", através de relatórios e controles internos gerenciais, com informações segregadas sobre receitas, despesas e investimentos. Os relatórios são revisados periodicamente pelo Conselho de Administração para avaliação de desempenho e tomada de decisão sobre alocação de recursos e/ou investimentos. A Administração do Grupo avalia o desempenho dos segmentos operacionais com base no EBITDA ajustado. Essa base de mensuração exclui operações descontinuadas e efeitos de gastos não recorrentes de segmentos operacionais, como custos de reestruturação, despesas legais e *impairment* de ativo quando o *impairment* é resultado de um evento isolado, não recorrente. A mensuração também exclui os efeitos de pagamentos baseados em ações liquidadas em ações e ganhos ou perdas não realizados sobre instrumentos financeiros. Receitas e despesas de juros não são alocadas aos segmentos, pelo fato destas atividades serem gerenciadas pela tesouraria central, a qual gerencia a posição de caixa do Grupo. O segmento "Varejo" corresponde ao negócio de revenda de mercadorias realizada pela rede de lojas nas principais cidades do País. O segmento "Financeiro" corresponde às operações de crédito ao consumidor, concedidas por meio do cartão "Riachuelo". O segmento "Outros" corresponde à operação fabril, transportes e locação.

**(a) Ativos e passivos**

	2016				
	Varejo	Financeira	Outros	Eliminações	Consolidado
Ativo					
Ativo circulante.....	2.629.067	3.435.045	720.534	(2.008.209)	4.776.437
Ativo não circulante.....	2.661.988	195.669	4.412.439	(4.325.771)	2.944.325
Total do ativo	5.291.055	3.630.714	5.132.973	(6.333.980)	7.720.762
Passivo					
Passivo circulante.....	1.872.422	2.913.321	221.069	(1.961.501)	3.045.311
Passivo não circulante.....	674.158	28.282	385.232	(28.571)	1.059.101
Total do passivo	2.546.580	2.941.603	606.301	(1.990.072)	4.104.412
Patrimônio líquido	2.744.475	4.526.672	(4.343.908)	-	3.616.350
Total de passivo e patrimônio líquido.....	5.291.055	3.630.714	5.132.973	(6.333.980)	7.720.762

	2015				
	Varejo	Financeira	Outros	Eliminações	Consolidado
Ativo					
Ativo circulante.....	2.170.033	2.824.374	746.373	(1.608.993)	4.131.787
Ativo não circulante.....	2.814.552	174.835	4.236.111	(4.387.480)	2.838.018
Total do ativo	4.984.585	2.999.209	4.982.484	(5.996.473)	6.969.805
Passivo					
Passivo circulante.....	1.766.011	2.102.818	405.396	(1.558.671)	2.715.554
Passivo não circulante.....	678.084	9.346	239.743	(63.030)	884.143
Total do passivo	2.444.095	2.112.164	645.139	(1.621.701)	3.579.697
Patrimônio líquido	2.540.490	887.045	4.337.345	(4.374.772)	3.390.108
Total de passivo e patrimônio líquido.....	4.984.585	2.999.209	4.982.484	(5.996.473)	6.969.805

**(b) Resultados**

	2016				
	Varejo	Financeira	Outros(*)	Eliminações	Consolidado
Receita líquida.....	4.266.314	1.601.207	1.123.319	(1.069.190)	5.921.650
Custo dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos.....	(2.414.052)	(259.476)	(736.080)	1.062.183	(2.347.425)
Lucro bruto.....	1.852.262	1.341.731	387.239	(7.007)	3.574.225
Despesas com vendas.....	(1.923.423)	(641.504)	(10.525)	38.523	(2.536.929)
Despesas gerais e administrativas.....	(329.070)	(339.835)	(66.278)	50.035	(685.148)
Honorários.....	(6.068)	(2.806)	(4.047)	-	(12.921)
Outras receitas operacionais líquidas.....	12.133	76.213	53.426	(77.366)	64.406
Resultado de equivalência patrimonial.....	210.091	-	166.663	(376.754)	-
Despesas operacionais.....	(2.036.337)	(907.932)	139.239	(365.562)	(3.170.592)
Lucro operacional.....	(184.075)	433.799	526.478	(372.569)	403.633
Receitas financeiras.....	116.340	147.398	43.461	(76.111)	231.088
Despesas financeiras.....	(184.760)	(203.243)	(47.315)	76.092	(359.226)
Resultado financeiro.....	(68.420)	(55.845)	(3.854)	(19)	(128.138)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social.....	(252.495)	377.954	522.624	(372.588)	275.495

	2015				
	Varejo	Financeira	Outros(*)	Eliminações	Consolidado
Receita líquida.....	4.073.907	1.380.307	1.128.762	(1.075.670)	5.507.306
Custo dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos.....	(2.374.192)	(190.031)	(686.326)	1.069.417	(2.181.132)
Lucro bruto.....	1.699.715	1.190.276	442.436	(6.253)	3.262.174
Despesas com vendas.....	(1.720.511)	(580.899)	(10.183)	43.902	(2.267.691)
Despesas gerais e administrativas.....	(274.986)	(308.013)	(59.963)	42.311	(600.651)
Honorários.....	(5.610)	(2.347)	(4.979)	-	(12.936)
Outras receitas operacionais líquidas.....	29.339	38.831	39.746	(78.759)	29.157
Resultado de equivalência patrimonial.....	207.633	-	244.372	(452.005)	-
Despesas operacionais.....	(1.764.135)	(852.428)	208.993	(444.551)	(2.852.121)
Lucro operacional.....	(64.420)	337.848	651.429	(450.804)	474.053
Receitas financeiras.....	181.796	52.931	21.301	(43.743)	212.285
Despesas financeiras.....	(247.464)	(70.892)	(32.396)	43.705	(307.047)
Resultado financeiro.....	(65.668)	(17.961)	(11.095)	(38)	(94.762)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social.....	(130.088)	319.887	640.334	(450.842)	379.291

(\*) Os valores relativos a indústria e locações, são demonstrados nas tabelas com outros, uma vez que são eliminados para fins de consolidação.

Os valores apresentados para conciliação dos saldos contábeis refletem as eliminações das transações entre partes relacionadas para fins de consolidação. As práticas contábeis dos segmentos operacionais são as mesmas adotadas pela Companhia, descritas na Nota 39. Essa é a mensuração reportada para o principal tomador de decisões operacionais para fins de alocação de recursos e avaliação do desempenho dos segmentos.

**Análise da receita por categoria**

	2016		2015	
	Vendas a Varejo	Outros	Vendas a Varejo	Outros
Produtos e Serviços Financeiros.....	1.601.207	1.380.307	1.601.207	1.380.307
Shopping Center.....	66.717	61.703	66.717	61.703
Vendas a Contribuintes.....	1.039.252	1.049.694	1.039.252	1.049.694
Transportes.....	17.350	17.365	17.350	17.365
Efeito entre as empresas Controladas.....	(1.069.190)	(1.075.670)	(1.069.190)	(1.075.670)
Total Consolidado.....	5.921.650	5.507.306	5.921.650	5.507.306

Conforme mencionado anteriormente, a Administração do Grupo avalia o desempenho dos segmentos operacionais com base no EBITDA ajustado. A apresentação do EBITDA ajustado e sua reconciliação com o resultado contábil estão descritas a seguir:

**Ebitda Ajustado \* por segmento**

	2016		2015	
	Varejo	Financeira	Varejo	Financeira
Produtos e Serviços Financeiros.....	398.136	299.194	398.136	299.194
Shopping Center.....	59.739	56.642	59.739	56.642
Total Ebitda Ajustado.....	723.423	762.993	723.423	762.993
Depreciação e amortização.....	(286.063)	(250.767)	(286.063)	(250.767)
Resultado financeiro.....	(128.138)	(94.762)	(128.138)	(94.762)
Incentivo fiscal do IR.....	(38.173)	(38.173)	(38.173)	(38.173)
Lucro antes dos impostos e do resultado de operações descontinuadas.....	275.495	379.291	275.495	379.291

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016** - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nível de Risco/ Qualidade do crédito	2015		2016	
	Créditos a Vencer	Créditos Vencidos	Total das Operações	Provisão Constituída
A - A vencer.....	1.787.219	-	1.787.219	8.936
B - Vencidos até 30 dias.....	64.795	38.421	103.216	1.032
C - Vencidos de 31 até 60 dias.....	60.938	53.048	113.986	3.420
D - Vencidos de 61 até 90 dias.....	42.689	58.639	101.308	10.131
E - Vencidos de 91 até 120 dias.....	30.884	67.194	98.078	29.423
F - Vencidos de 121 até 150 dias.....	23.029	71.041	94.070	47.035
G - Vencidos de 151 até 180 dias.....	17.213	66.377	83.590	58.513
H - Vencidos acima de 180 dias.....	48.593	354.395	402.988	402.988
Provisão complementar.....	-	-	-	82.594
Total.....	2.075.340	709.115	2.784.455	644.072
Percentual de Provisão sobre a Carteira de Crédito.....	-	-	-	23,31%

**(d) Renegociações da Midway Financeira**  
As operações renegociações totalizaram o montante de R\$ 409.638 (R\$ 331.778 em 2015) no exercício. Os recebimentos de operações recuperadas totalizaram o montante de R\$ 32.537 (R\$ 30.319 em 2015). Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, os saldos de contas a receber por data de vencimento estavam assim apresentados:

	2016		2015	
	2016	2015	2016	2015
A vencer de 61 a 90 dias.....	91.819	38.391	91.819	38.391
A vencer de 31 a 60 dias.....	99.530	109.144	99.530	109.144
A vencer até 30 dias.....	109.726	141.162	109.726	141.162
Total a vencer.....	301.075	288.237	301.075	288.237
Vencidos até 30 dias.....	54.734	2.619	54.734	2.619
Vencidos de 61 a 90 dias.....	-	-	-	-
Total vencido.....	54.734	2.619	54.734	2.619
Total.....	355.809	291.856	355.809	291.856

Em 20 de dezembro de 2016, foram utilizadas duplicatas no montante de R\$ 300.000 para aumento do capital social na controlada Lojas Riachuelo, que foi totalmente integralizado com a emissão de 194.116 mil novas ações. No exercício de 2015 em 11 de dezembro a controlada Lojas Riachuelo, aumentou o capital social em R\$ 300.000, composto de R\$ 264.984 de duplicatas, de dividendos a pagar de 2014 no valor de R\$ 30.786 e aluguel a pagar de R\$ 4.250, totalmente integralizado com a emissão de 194.116 mil novas ações (Nota 7).

**II – Cartões de créditos e outros**

	2016		2015	
	2016	2015	2016	2015
A vencer há mais de 180 dias.....	-	157.363	137.977	2015
A vencer de 91 e 180 dias.....	103	142	413.555	378.950
A vencer de 61 e 90 dias.....	117	112	300.535	279.396
A vencer de 31 e 60 dias.....	152	198	441.654	412.557
A vencer até 30 dias.....	238	81	1.378.851	1.220.921
Total a vencer.....	610	533	2.691.958	2.429.801
Vencidos até 30 dias.....	53	25	48.343	50.232
Vencidos de 31 e 60 dias.....	19	371	60.796	67.648
Vencidos de 61 e 90 dias.....	4	6	57.170	69.003
Vencidos de 91 e 180 dias.....	174	1.015	176.070	213.877
Vencidos há mais de 180 dias.....	1.149	1.053	353.599	312.957
Total Vencido.....	1.399	2.470	695.978	713.717
Total.....	2.009	3.003	3.387.936	3.143.518

**14. Estoques**

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Produtos acabados e mercadorias para venda.....	9.532	7.382	479.748	512.286
Produtos em elaboração.....	17.534	20.886	17.534	20.886
Matérias-primas.....	79.750	75.407	79.750	75.407
Matérias secundárias e outros.....	46.495	51.519	62.284	65.865
Importação em andamento.....	7.766	9.179	46.326	82.923
Matérias em trânsito.....	28	552	28	552
Provisão para perdas de inventário.....	-	-	(23.399)	(13.031)
Total.....	161.205	164.925	662.271	744.888

**(b) Movimentação da Provisão para perdas de inventário**

	Consolidado	
	2016	2015
Saldo em 31 de dezembro de 2014.....	-	(11.845)
Constituições.....	-	(9.183)
Baixa da provisão por utilização.....	-	7.997
Saldo em 31 de dezembro de 2015.....	-	(13.031)
Constituições.....	-	(20.740)
Baixa da provisão por utilização.....	-	10.372
Saldo em 31 de dezembro de 2016.....	-	(13.399)

O custo dos estoques reconhecido no resultado durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 totalizou R\$ 723.867 (R\$ 674.058 em 2015) na controladora e R\$ 2.347.425 (R\$ 2.181.132 em 2015) no consolidado.

**15. Tributos a recuperar**

Nota	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS – Ativo Imobilizado.....	(a) 399	731	43.993	49.850
ICMS a compensar.....	(b) 5.145	-	38.496	17.267
Imposto de Renda.....	(c) 48.316	4.688	157.505	99.767
Contribuição Social.....	(d) 54.711	3.716	92.519	30.206
Programa de Integração Social – PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS a compensar.....	(e) -	-	95.479	67.342
INSS a recuperar.....	(f) 14.793	-	33.753	7.202
Imposto Produtos Industrializados – IPI.....	(g) 735	641	735	641
Outros.....	-	3	2.528	27.766
Total.....	124.098	9.779	465.008	300.041
Circulante.....	108.907	9.289	347.493	154.522
Não Circulante.....	15.191	490	117.515	119.499

(a) Representa os valores de créditos de ICMS proferida pela Lei Complementar nº 102/2000 referente a compra de ativo imobilizado, a serem apropriados na apuração do ICMS na razão 1/48 anos. (b) Créditos de ICMS a serem recuperados na apuração do ICMS em 2015 na razão de ICMS no consolidado foi decorrente da elevação do volume de compras da controlada Lojas Riachuelo na formação do estoque, para o evento "Moda casa". (c) Imposto de renda sobre aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários, bem como imposto de renda recolhidos a maior em 2016 e nos exercícios anteriores, a serem compensados durante os exercícios seguintes. (d) Saldo de contribuição social recolhidos a maior em 2016 e nos exercícios anteriores, a serem compensados durante os exercícios seguintes. (e) PIS e COFINS nas aquisições de imobilizado pela controlada Lojas Riachuelo, além disso em 2016 a controlada Midway Financeira baseada em seus assessores jurídicos recuperou PIS e COFINS sobre a receita de juros não realizados em decorrência da renegociação de dívida de clientes pagos a maior nos exercícios anteriores no montante de R\$ 39 milhões. (f) Recuperação de créditos na área previdenciária a serem compensados nos exercícios seguintes. (g) Créditos de IPI a compensar oriundos da compra de matérias-primas e insumos pela controladora, que a cada trimestre são compensados com outros tributos, principalmente relacionados ao PIS e a COFINS.

**16. Propriedade para investimento**

**(a) Composição do saldo**  
A propriedade para investimento corresponde ao empreendimento Midway Mall e foi inicialmente mensurada pelo seu custo e a Administração da Companhia decidiu manter este método de avaliação, por refletir seu negócio de forma mais apropriada.

	Consolidado	
	2016	2015
Propriedade para investimento construída.....	40	281.181
Taxa média ponderada dos itens sendo mais significativa a propriedade para investimento cuja vida útil de 47 anos está suportada por laudo de avaliação de especialistas.	-	(24)
Total.....	40	281.157

**(b) Mapa de movimentação do saldo**

	Consolidado	
	2016	2015
Saldo inicial.....	199.094	206.296
Depreciações.....	-	(6.939)
Baixas.....	-	(7.202)
Saldo final.....	192.131	199.094

A despeça com depreciação no montante de R\$ 6.939 (R\$ 7.202 em 2015), encontra-se registrada como despesas gerais e administrativas.  
Os principais valores reconhecidos no resultado do exercício em relação às propriedades para investimentos estão a seguir:  
**Descrição**  
Receitas..... 66.717 61.703  
Despesas operacionais..... (9.936) (8.390)  
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social..... 56.781 53.313  
Despesa do imposto de renda e da contribuição social..... (8.711) (8.770)  
Lucro (Prejuízo) líquido..... 48.070 44.543  
Dividendos/Lucros de controladas..... 45.667 42.317  
A propriedade para investimento está livre de quaisquer restrições quanto à possibilidade de alienação.  
Os encargos financeiros incorridos sobre financiamentos não considerados relevantes para serem incluídos no custo de aquisição dos itens de propriedade de investimento.  
**(c) Metodologia para determinação do valor justo**  
A avaliação da propriedade para investimento foi preparada de acordo com os dados divulgados pela Morning Star Inc, sediada nos Estados Unidos, bem como algumas projeções e taxas divulgadas pelo Banco Central do Brasil. A metodologia adotada para determinar o valor de mercado (valor justo) da propriedade para investimento em operação envolveu a elaboração de premissas relacionadas a projeções de ganhos e perdas para 10 anos da propriedade para investimento, adicionadas ao valor residual, que corresponde a uma perpetuidade calculada com base nos ganhos líquidos do último ano projetado com alguns ajustes no fluxo de caixa e uma taxa de crescimento. Essas projeções são descontadas para a data base da avaliação a uma taxa de desconto correspondente ao retorno mínimo esperado para um ativo de risco semelhante. As projeções não são previsões do futuro, mas apenas refletem o melhor estimativo do avaliador quanto à atual visão do mercado relativamente às receitas e aos custos futuros de cada propriedade. A taxa de rentabilidade projetada segue uma razoabilidade de performance de mercado atrelada aos resultados recentes da operação. As projeções foram realizadas de forma nominal, ou seja, os efeitos inflacionários foram considerados, sendo utilizado como indicador de reajuste dos preços o IGP-DI, tendo como base as projeções oficiais obtidas no website do Banco Central do Brasil. Tais projeções refletem a melhor estimativa da Administração quanto à atual visão do mercado relativamente às receitas e aos custos futuros da propriedade. Após realização do estudo econômico-financeiro, foi determinado um valor justo no montante de R\$ 821.280 para a data de 31 de dezembro de 2016 (R\$ 743.207 em 31 de dezembro de 2015).

**17. Imobilizado**

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Vida útil estimada (em anos)	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Imóveis comerciais.....	25	460.414	(117.848)	342.566
Imobilizado para uso.....	5 a 25	501.881	(258.666)	243.215
Total.....	-	962.295	(376.514)	585.781

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Vida útil estimada (em anos)	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Imóveis comerciais.....	25	460.414	(117.848)	342.566
Imobilizado para uso.....	5 a 25	3.218.532	(1.568.069)	1.650.463
Total.....	-	3.679.046	(1.685.917)	1.993.129

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Vida útil estimada (em anos)	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Terenos.....	-	217.976	-	217.976
Edifícios.....	25	241.984	(117.848)	124.136
Obras em andamento.....	-	454	-	454
Total.....	-	460.414	(117.848)	342.566

**Custo**  
Saldo em 31 de dezembro de 2014..... 217.976 241.984  
Saldo em 31 de dezembro de 2015..... 217.976 241.984  
Adições..... - -  
Transferências..... - -  
Saldo em 31 de dezembro de 2016..... 217.976 241.984  
**Depreciação acumulada**  
Saldo em 31 de dezembro de 2014..... - (105.737)  
Despesa de depreciação..... - (6.058)  
Baixas..... - -  
Saldo em 31 de dezembro de 2015..... - (111.795)  
Despesa de depreciação..... - (6.053)  
Baixas..... - -  
Saldo em 31 de dezembro de 2016..... - (117.848)  
**Saldos líquidos em:**  
31 de dezembro de 2014..... 217.976 136.247 454 354.677  
31 de dezembro de 2015..... 217.976 130.189 454 340.119  
31 de dezembro de 2016..... 217.976 124.136 454 342.566

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Vida útil estimada (em anos)	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Imóveis.....	25	114.284	(53.503)	60.781
Máquinas.....	16	289.241	(153.312)	135.929
Instalações.....	20	39.519	(19.599)	19.920
Móveis e utensílios (*).....	5 a 10	40.436	(29.992)	10.444
Veículos e transportes.....	5	3.016	(2.260)	756
Imobilizações em curso.....	-	15.385	-	15.385
Total.....	-	501.881	(258.666)	243.215

(\*) Do custo de Móveis e utensílios da controladora no valor de R\$ 39.519 (R\$ 38.179 em 2015), R\$ 12.672 (R\$ 12.193 em 2015) possui a vida útil estimada de 5 anos e R\$ 26.847 (R\$ 25.861 em 2015), de 10 anos.

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Vida útil estimada (em anos)	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Imóveis.....	25	138.851	(55.019)	83.832
Benfeitoria imóveis terceiros.....	10	1.496.187	(550.094)	946.093
Máquinas.....	16	288.529	(152.600)	135.929
Instalações.....	20	499.918	(390.718)	109.200
Móveis e utensílios (**)	5 a 10	572.221	(353.164)	219.057
Veículos e transportes.....	5	128.615	(66.474)	62.177
Imobilizado em curso.....	-	94.275	-	94.275
Total.....	-	3.218.632	(1.568.069)	1.650.563

(\*\*) Do custo de Móveis e utensílios do consolidado de R\$ 572.221 (R\$ 538.447 em 2015), R\$ 253.120 (R\$ 238.271 em 2015) possui a vida útil estimada de 5 anos e R\$ 319.101 (R\$ 300.176 em 2015), de 10 anos.

**(b) Mapa de movimentação do saldo**

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Saldo em 31 de dezembro de 2014.....	113.942	265.830	35.082	36.775
Adições.....	-	3.950	330	1.681
Baixas.....	-	(2.139)	-	(360)
Transferências.....	-	7.362	624	83
Saldo em 31 de dezembro de 2015.....	113.942	275.003	36.036	38.179
Adições.....	-	342	6.093	967
Baixas.....	-	-	(3.503)	(8)
Transferências.....	-	11.648	2.524	1.186
Saldo em 31 de dezembro de 2016.....	114.284	289.241	39.519	40.436

**Depreciação acumulada**  
Saldo em 31 de dezembro de 2014..... (45.905) (132.967) (18.001) (24.631) (1.605) - (223.109)  
Despesa de depreciação..... (3.919) (12.285) (760) (2.878) (436) - (20.278)  
Baixas..... - - 1.863 - 335 154 - 2.352  
Transferências..... - - - - - - - -  
Saldo em 31 de dezembro de 2015..... (49.824) (143.389) (18.761) (27.174) (1.887) - (241.035)  
Despesa de depreciação..... (3.679) (12.285) (838) (2.818) (3.873) - (20.929)  
Baixas..... - - 3.298 - - - - 3.298  
Transferências..... - - - - - - - -  
Saldo em 31 de dezembro de 2016..... (53.503) (153.312) (19.599) (29.992) (2.260) - (258.666)

**Saldos líquidos em:**  
31 de dezembro de 2014..... 68.037 132.863 17.081 12.144 1.272 5.574 236.971  
31 de dezembro de 2015..... 64.118 131.614 17.275 11.005 1.129 14.566 239.707  
31 de dezembro de 2016..... 60.781 135.929 19.920 10.444 756 15.385 243.215

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Produtos acabados e mercadorias para venda.....	9.532	7.382	479.748	512.286
Produtos em elaboração.....	17.534	20.886	17.534	2

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016** - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**23. Salários, provisões e contribuições sociais**

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Provisão de férias e encargos	12.963	6.839	93.128	75.777
Salários a pagar	8	18	3.058	1.608
FGTS a recolher	2.327	2.102	8.211	7.451
INSS a recolher	6.585	3.416	31.415	27.168
PIS a recolher	481	425	10.264	10.528
COFINS a recolher	2.337	1.956	49.108	48.698
Encargos de rescisão	1.543	2.684	1.543	2.684
Participações nos lucros	1.600	-	49.624	32.567
Outros	156	104	7.345	5.661
Total	28.000	17.544	253.696	212.142

**24. Obrigações com administradores de cartões**

A controlada Lojas Riachuelo, por meio da Midway Financeira, oferece o cartão embaixador aos seus clientes com as bandeiras Visa e Mastercard. O saldo de R\$ 685.566 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 634.031 em 31 de dezembro de 2015) representa as contas a pagar com as adquirentes de cartão de crédito, decorrentes da utilização, pelos seus clientes, do cartão "co-branded" em transações de compra de produtos no varejo em geral, as quais são repassadas as respectivas adquirentes em um prazo de 27 dias da data da transação.

**25. Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis**

A Companhia e suas controladas direta e indireta são partes envolvidas em processos cíveis, trabalhistas e tributários em andamento, que envolvem responsabilidades contingentes. A administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

**(a) Composição do saldo**

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Provisão por natureza	-	-	-	-
Trabalhistas	-	-	31.419	3.290
Fiscais	110.625	104.913	231.362	181.578
Cíveis	-	-	17.593	16.580
Processuais	8.823	6.422	8.823	6.422
Total	119.448	111.335	289.197	207.810
Depósito judicial	-	-	-	-
Fiscais	(113.012)	(103.215)	(113.012)	(103.215)
Total	6.436	8.120	176.185	104.655

**(b) Mapa de movimentação do saldo**

A movimentação da provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis é a seguinte:

	Controladora			
	Fiscal	Cível	Depósito	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014	94.375	4.022	(91.968)	6.429
Constituições	2.005	2.400	-	4.405
Pagamentos	-	-	(2.224)	(2.224)
Encargos	8.533	-	(9.023)	(490)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	104.913	6.422	(103.215)	8.120
Constituições	1.034	2.401	-	3.435
Pagamentos	(3.173)	-	-	(3.173)
Encargos	7.851	-	(9.797)	(1.946)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	110.625	8.823	(113.012)	6.436

	Consolidado				
	Fiscal	Trabalhista	Cível	Total	Depósito
Saldo em 31 de dezembro de 2014	173.944	6.331	15.365	195.640	(91.968)
Constituição/reversão	(899)	-	12.767	11.868	-
Pagamento	-	(3.041)	(5.130)	(8.171)	(2.224)
Encargos	8.533	-	-	8.533	(9.023)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	181.578	3.290	23.002	207.870	(103.215)
Constituição	42.704	24.065	15.961	82.730	-
Pagamento	(3.173)	(813)	(10.145)	(14.131)	-
Encargos	7.851	-	7.851	(9.797)	(1.946)
Transferência (*)	-	4.877	-	4.877	4.877
Saldo em 31 de dezembro de 2016	228.960	31.419	28.818	289.197	(113.012)

(\*) Valor incluído no item Outros passivos em 31 de dezembro de 2015 referente a Passivos trabalhistas da Midway Financeira, que reclassificamos o item Provisão para riscos trabalhistas, a partir de janeiro de 2016.

**(c) Processos tributários**

**(c.1) Controladora: (c.1.1) Processos de natureza fiscal provisionados:** • **Processo 2007.84.00.001176-6 - PIS/COFINS sobre ICMS:** Em 2007, a Companhia Impetrou Mandado de Segurança arguindo a inconstitucionalidade da inclusão do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) na base de cálculo do PIS (Programa de Integração Social) e da COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), tendo obtido medida liminar suspendendo a exigibilidade dos valores questionados. Após a cassação da liminar em 2011, o montante passou a ser depositado judicialmente, e acumulado até 31 de dezembro de 2016, totaliza R\$ 110.625 (até 31 de dezembro de 2015 totalizava R\$ 100.899). Conforme denota o quadro "Movimentação das Provisões", a Companhia, conseqüentemente, optou por provisionar a totalidade dos valores discutidos que apresenta o saldo de R\$ 108.405 em 2016 (R\$ 100.555 em 2015). O parecer de seus assessores jurídicos classifica a probabilidade de perda como possível. • **Outros processos:** A Companhia possui ações questionando a cobrança do valor da contribuição do INCR A a inclusão de verbas indenizatórias na base de cálculo da contribuição previdenciária. Em 31 de dezembro de 2016, a provisão totalizava R\$ 2.220. Há depósito judicial de R\$ 2.387. A Companhia mantém ainda provisão para perdas processuais no montante de R\$ 8.823 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 6.422 em 31 de dezembro de 2015).

**Provisionado**

Provisão	Depósito Judicial	Líquido
Processo 2007.84.00.001176-6 - PIS/COFINS sobre ICMS	108.405	(110.625)
INCR A/INSS	2.220	(2.387)
Processuais	8.823	-
Total em 31 de dezembro de 2016	119.448	(113.012)

**Provisionado**

Provisão	Depósito Judicial	Líquido
Processo 2007.84.00.001176-6 - PIS/COFINS sobre ICMS	100.555	(100.899)
INCR A/INSS	4.358	(2.316)
Processuais	6.422	-
Total em 31 de dezembro de 2015	111.335	(103.215)

Os saldos de depósitos ajustados cujos processos possuem provisão para riscos tributários no montante de R\$ 113.012 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 103.215 em 31 de dezembro de 2015) estão sendo apresentados como redutores do valor do passivo corrente.

**(c.1.2) Processos de natureza fiscal não provisionados:** • **Processos 16707.003570/2005-57, 10469.725077/2011-11 e 10469.724403/2014-16 - Lucro da Exploração:** A Companhia sofreu autos de infração lavrados na esfera administrativa pela Receita Federal do Brasil, tendo como objeto a não exclusão das receitas de aluguéis da base de cálculo do lucro da exploração, utilização de incentivos fiscais do imposto de renda, no período de 2001 a 2004, de 2006 a 2009 e de 2010 a 2011, cujos valores históricos montam respectivamente a R\$ 111.775, R\$ 29.992 e R\$ 79.778, que atualizados até 31 de dezembro de 2016 representam R\$ 234.842 (devidamente garantido mediante aplicação de seguro garantia), R\$ 47.507 e R\$ 106.174 (R\$ 206.295, R\$ 35.584 e R\$ 93.269 valores em 31 de dezembro de 2015). A administração do Grupo entende, conforme pareceres de tributaristas e dos advogados que acompanham esses processos, que a possibilidade de perda é remota e, assim, nenhuma provisão foi constituída.

**(c.2) Consolidado**

**(c.2.1) Processos de natureza fiscal provisionados:** • **Ação Ordinária nº 97.0034561-0 - Salário-educação:** A Controlada Lojas Riachuelo ingressou com Ação Ordinária nº 97.0034561-0 a fim de questionar a constitucionalidade da contribuição do salário-educação. No entanto, o Supremo Tribunal Federal – STF, através da Súmula 732, julgou constitucional a cobrança da contribuição e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE procedeu a lavratura de Autos de Infração os quais foram impugnados em razão da decadência ocorrida em parte do período objeto da atuação. O valor da provisão atualizado em 31 de dezembro de 2016 com aplicação de multa e juros montam a R\$ 2.764 (R\$ 2.021 em 31 de dezembro de 2015). • **PIS e COFINS - Créditos:** A controlada Lojas Riachuelo, apoiada no parecer de seus assessores jurídicos, efetua a inclusão de despesas consideradas como essenciais para sua atividade-fim na base de apuração de créditos de PIS e COFINS. Mensalmente, tais despesas são consideradas na base de cálculo das referidas contribuições, reduzindo o valor a pagar. A Controlada vem constituindo provisão para riscos sobre tais créditos, cujo o saldo em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 91.861 (R\$ 74.644 em 31 de dezembro de 2015), dos quais R\$ 3.945 foram constituídos em 2016. • **PIS e COFINS - Créditos sobre venda de eletrônicos - Lei do Bem nº 11.196/05:** A controlada Lojas Riachuelo, apoiada no parecer de seus assessores jurídicos, obtve liminar em 2016, reestabelecendo o benefício previsto na Lei do Bem nº 11.196/05 suspendendo a exigibilidade de PIS e COFINS na venda de produtos eletrônicos, que foi revogada através da Medida Provisória nº 690/2015 convertida na Lei nº 13.241/15. O montante provisionado em 2016 foi de R\$ 23.710. **(c.2.2) Processos de natureza trabalhista e cível provisionados:** Os principais temas abordados nos processos trabalhistas versam sobre horas extras, adicionais de periculosidade e insalubridade, equiparação salarial e verbas rescisórias, entre outros. Os processos cíveis correspondem principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos, inclusive morais, oriundos de seus clientes. A provisão para esses processos é constituída em montante considerado suficiente para cobrir as partes esperadas com as ações em curso. Os assessores jurídicos internos do grupo fazem a análise individual dos processos, levando em consideração o risco de perda e também se baseando em experiências anteriores referentes aos valores reivindicados e efetivamente liquidados. A controlada indireta Midway Financeira, possui processos de natureza cível e trabalhista, cuja provisão constituída em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 28.282 (R\$ 9.346 em 31 de dezembro de 2015). A controlada Lojas Riachuelo possui em 31 de dezembro de 2016 um valor de R\$ 23.132 (R\$ 10.524 em 31 de dezembro de 2015) e na Guararapes Confeccões S.A em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 6.422 em 31 de dezembro de 2015) de provisão de natureza trabalhista e cível, totalizando R\$ 60.237 (R\$ 26.292 em 31 de dezembro de 2015).

	Consolidado		
	Provisão	Depósito Judicial	Líquido
Processo 2007.84.00.001176-6 PIS/COFINS sobre o ICMS	108.405	(110.625)	(2.220)
INCR A/INSS	2.220	(2.387)	(167)
Salário-Educação	2.765	-	2.765
PIS/COFINS - Créditos	115.570	-	115.570
Processos de natureza trabalhista e cível	60.237	-	60.237
Total em 31 de dezembro de 2016	289.197	(113.012)	176.185

**Provisionado**

Provisão	Depósito Judicial	Líquido
Processo 2007.84.00.001176-6 PIS/COFINS sobre o ICMS	100.555	(100.899)
INCR A/INSS	4.358	(2.316)
Salário-Educação	2.021	-
PIS/COFINS - Créditos	74.644	-
Processos de natureza trabalhista e cível	26.292	-
Total em 31 de dezembro de 2015	207.870	(103.215)

**(c.2.3) Processos possíveis não provisionados:** A controlada Lojas Riachuelo possui em 31 de dezembro de 2016 processos tributários no montante de R\$ 252.059 (R\$ 189.861 em 31 de dezembro de 2015), para os quais seus assessores jurídicos classificam a possibilidade de perda como possível; portanto, não há provisão constituída, conforme determinam as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais IFRS. Os principais processos estão descritos a seguir: • **Processo Judicial nº 92.0066185-8 - PIS – Auto de infração sobre compensação indevida (período de 1989 a maio de 1992).** Refere-se ao auto de infração lavrado pela Secretaria da Receita Federal – SRF, tendo como objetivo a realização de compensação de valores de PIS indevidamente calculados sem consideração da base de cálculo semestral no período de 1989 a maio de 1992, cujo valor exigido com aplicação de multa e juros montam a R\$ 3.362 (R\$ 2.956 em 31 de dezembro de 2015). As Lojas Riachuelo realizam a compensação com base em decisão favorável transitada em julgamento no processo judicial nº 92.0066185-8, que reconheceu definitivamente direito ao crédito, razão pela qual interpsu recurso administrativo que depende de decisão. Esse encargo não foi provisionado tendo em vista a legitimidade do crédito reconhecido em favor da controlada, conforme decisão judicial e avaliação de probabilidade de perda possível realizada pelos assessores jurídicos da Lojas Riachuelo. • **Processo Judicial nº 92.0055201-3 - PIS – Auto de infração sobre compensação indevida (período de junho de 1992 a janeiro de 1995):** A Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF lavrou auto de infração em virtude da realização de compensação de valores de PIS indevidamente calculados sem consideração da base de cálculo semestral a partir de junho de 1992 até janeiro de 1995, cujo valor exigido com aplicação de multa e juros montam a R\$ 24.736 (R\$ 21.731 em 31 de dezembro de 2015) e encontra-se suspenso em virtude de recurso administrativo. A controlada Lojas Riachuelo realizou a compensação na via administrativa com base em decisão favorável transitada em julgamento no processo judicial nº 92.0055201-3, que reconheceu definitivamente direito ao crédito, inclusive com aceite da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN nos autos, razão pela qual decidiu não provisionar essa encargo tendo em vista a legitimidade do crédito reconhecido em favor da Lojas Riachuelo, conforme decisão judicial e avaliação de probabilidade de perda possível realizada pelos assessores jurídicos da Lojas Riachuelo S.A. • **Processo Judicial nº 88.0038991-4 - PIS – Auto de infração base de cálculo indevida:** Tramita na esfera administrativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF, auto de infração, lavrado por aquele órgão, tendo como objeto a realização de compensação de valores relativos ao PIS indevidamente calculados e recolhidos com a inclusão das receitas financeiras na base de cálculo, cujo valor exigido com a aplicação de multa e juros de mora monta a R\$ 8.439 (R\$ 7.414 em 31 de dezembro de 2015). Atualmente, essa fase administrativa encontra-se encerrada, passando o questionamento para o Judiciário através da execução fiscal nº 0014723-34/2010.403.6182 devidamente garantida por carta de fiança bancária e suspensão pela interposição de Embargos à Execução nº 0026003-02/2010.403.6182. A controlada Lojas Riachuelo realizou a compensação com base em decisão favorável transitada em julgamento no processo judicial nº 88.0038991-4, que reconheceu definitivamente o direito ao crédito em virtude da declaração de inconstitucionalidade dos Decretos-Leis nº 2445/88 e nº 2449/88, razão pela qual se decidiu não provisionar esse encargo, tendo em vista que essa arcação foi declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal – STF, com avaliação de probabilidade de perda possível realizada pelos assessores jurídicos da Lojas Riachuelo S.A. • **Auto de Infração nº 19515.72081/2013-19 - PIS/COFINS - glosa de receitas:** A controlada Lojas Riachuelo S.A. realizou a tomada de créditos de PIS e COFINS sob o regime não-cumulativo de apuração, os quais foram glosados pela Secretaria da Receita Federal – SRF mediante a lavratura de auto de infração nº 19515.72081/2013-19, cujo valor exigido com a aplicação de multa e juros de mora monta a R\$ 47.242 (R\$ 41.501 em 31 de dezembro de 2015). Houve decisão de parcial procedência do auto de infração, seguida da interposição de recurso administrativo por parte da empresa e que se encontra pendente de julgamento. Não houve constituição de provisão tendo em vista a avaliação de probabilidade de perda possível realizada pelos assessores jurídicos da Lojas Riachuelo S.A. • **PIS/COFINS/II - Imitação:** A Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF lavrou auto de infração para a controlada Lojas Riachuelo S.A. em virtude de suposta divergência na base de cálculo do PIS, da COFINS e Imposto de Importação nas operações de importações e cujo valor exigido com a aplicação de juros e mora monta a R\$ 30.764 (R\$ 26.957 em 31 de dezembro de 2015). A discussão está na fase administrativa e não houve constituição de provisão tendo em vista a avaliação de probabilidade de perda possível realizada pelos assessores jurídicos da Lojas Riachuelo S.A. • **ICMS – base de cálculo:** A Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia – SEFAZ BA lavrou auto de infração para a controlada Lojas Riachuelo em virtude de suposta divergência na base de cálculo do ICMS nas operações de transferências entre Centro de Distribuição e Filiais, cujo valor exigido com aplicação de juros e penalidades monta a R\$ 9.878 (R\$ 6.741 em 31 de dezembro de 2015). A discussão está na fase administrativa e não houve constituição de provisão tendo em vista a avaliação de probabilidade de perda possível realizada pelos assessores jurídicos da controlada Lojas Riachuelo S.A. • **Contribuições Previdenciárias:** A Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF lavrou auto de infração para a controlada Lojas Riachuelo S.A. em virtude de suposta divergência no pagamento das Contribuições Previdenciárias incidentes sobre o programa de participação nos lucros e resultados da empresa – PLR e cujo valor exigido com a aplicação de juros e mora monta a R\$ 14.313. A discussão está na fase administrativa e não houve constituição de provisão tendo em vista a avaliação de

probabilidade de perda possível realizada pelos assessores jurídicos da Lojas Riachuelo S.A. • **Refis – Lei Federal nº 11.941/09:** A Controlada Lojas Riachuelo S.A., apoiada no parecer de seus assessores jurídicos, aderiu em dezembro de 2013, ao programa "REFIS da Crise", instituído pelas Leis 11.941/09 e 12.865/13, efetuando o parcelamento do crédito tributário no montante total de R\$ 25.660 (R\$ 22.543 em 31 de dezembro de 2015) em 60 (sessenta) meses, obrigação esta que vem cumprindo desde a data da adesão". • **PIS e COFINS sobre receitas de juros não cobrados:** A Midway Financeira baseado no parecer de seus assessores jurídicos referentes as receitas de juros não cobradas no momento da renegociação para efeito de PIS e COFINS no montante de R\$ 39,1 milhões foi considerada como perda possível.

**(d) Depósitos judiciais**

Os tributos e as obrigações trabalhistas discutidos nas esferas administrativas e judiciais garantidos por depósitos judiciais são demonstrados como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
ICMS - Execução fiscal (*)	-	-	5.596	5.596
Fiscal/INSS	807	807	1.381	1.381
Cível/Trabalhista	5.274	3.990	9.427	6.526
Outros Depósitos	-	-	890	748
Total	6.081	4.797	17.294	14.251

(\*) ICMS – Execução fiscal: Em setembro de 2009, foi ajuizada execução fiscal contra Lojas Riachuelo, em trâmite perante a 1ª Vara da Fazenda Pública do Rio de Janeiro sob o nº 2009.001.228723-0, no valor de R\$ 5.596, decorrente do arbitramento por parte da autoridade fazendária em relação a supostas omissões de saída de mercadorias. Há depósito judicial do montante integral garantindo o débito em discussão, e não há constituição de provisão tendo em vista o parecer de seus assessores jurídicos internos que classificam a probabilidade de perda do processo como possível.

**Mapa de movimentação do saldo**

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Saldo em 31 de dezembro de 2014	4.072	12.322	-	-
Depósitos	2.344	3.730	-	-
Baixa de depósito	(1.619)	(1.801)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	4.797	14.251	-	-
Depósitos	3.036	6.238	-	-
Baixa de depósito	(28.570)	(42.779)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	6.081	4.797	-	-

**26. Imposto de renda e contribuição social**

**Impostos diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social (20% para a Midway Financeira). O efeito dos impostos diferidos ativos e passivos está apresentado como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Imposto de renda sobre prejuízo fiscal	-	-	215.688	117.503
Contribuição social sobre base negativa	-	-	77.648	42.301
Total	-	-	293.336	159.804

	Controladora			
	Fiscal	Cível	Depósito	Total
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias:	-	-	-	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	-
Provisão para contingências e impostos a recolher	-	-	-	-
Custo atribuído	(75.725)	(78.425)	-	(154.150)
Outras provisões temporárias	47.155	35.846	-	83.001
Total	(28.570)	(42.779)	-	(71.349)
Ativo não circulante	-	-	510.409	319.834
Passivo não circulante	(28.570)	(42.779)	-	(71.349)

**Imposto de renda e contribuição social diferidos - Ativo**

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Imposto de renda e contribuição social sobre prejuízos fiscais	-	-	293.336	159.804
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	150.813</	



**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016** - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**39.14. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido**

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda e a contribuição social diferidos registrados no ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

**39.15. Ajustes a valor presente de ativos e passivos**

Os ativos e passivos de longo prazo, e quando relevantes os de curto prazo, devem ser ajustados ao valor presente. Após a avaliação do valor apurado do ajuste a valor presente, a administração da Companhia concluiu que os impactos no resultado do exercício da apuração do ajuste a valor presente de elementos do ativo e do passivo não são relevantes em relação às demonstrações financeiras analisadas em conjunto e decidiu não registrar contabilmente tal ajuste.

**39.16. Benefícios a empregados**

**(a) Obrigações de benefícios de aposentadoria**

O Grupo possui plano de contribuição definida, que consiste nas contribuições fixas a uma entidade separada e não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior. O Grupo faz contribuições para o plano de previdência da Brasilprev Seguros e Previdência S.A. de forma obrigatória, contratual ou voluntária. O Grupo não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas.

**(b) Participação nos lucros e bônus**

O reconhecimento dessa participação é usualmente efetuado no decorrer do exercício e ajustado no encerramento anual, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável pela Companhia.

**39.17. Capital social**

O capital social está totalmente subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, representadas por 62.400.000 ações nominativas, sendo 31.200.000 ações ordinárias e 31.200.000 ações preferenciais.

**39.18. Reconhecimento da receita**

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do Grupo. O Grupo reconhece a receita quando o seu valor for mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo, conforme descrição a seguir. O Grupo baseia-se nas suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda. Os critérios utilizados pelo Grupo no reconhecimento da receita de venda de produtos quando as seguintes condições forem satisfeitas:

- A Companhia transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos;
- A Companhia não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos;
- O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade;
- É provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia;
- Os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade. No caso da controlada indireta Midway Financeira, as receitas e as despesas das operações estão registradas de acordo com o regime de competência. O registro das operações com taxas prefiradas ocorre pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro estão apresentadas em contas reduzidas dos respectivos ativos e passivos, enquanto o registro das receitas e despesas de natureza financeira ocorre pelo critério *pro rata* dia. As receitas com serviços prestados são diferidas e reconhecidas somente no período de sua competência.

**(a) Venda de produtos**

A Guararapes Confeções S.A. produz uma variedade de confeções e vende 100% de sua produção para a sua controlada Lojas Riachuelo. O Grupo opera com uma cadeia de varejo para a comercialização de confeções em geral, artigos de uso pessoal e quaisquer outros correlatos. As vendas dos produtos são reconhecidas quando uma entidade do Grupo vende um produto para o cliente. As vendas no varejo são, geralmente, realizadas em dinheiro ou por meio de cartão de crédito, nas próprias lojas.

**(b) Receita financeira**

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, o Grupo reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do instrumento.

**39.19. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio**

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras do Grupo ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral/Conselho de Administração. O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

**39.20. Arredondamento de valores**

Todos os valores divulgados nas demonstrações financeiras e notas foram arredondados com a aproximação de milhares de reais, salvo indicação contrária.

**39.21. Norma nova, alteração e interpretação de norma que ainda não está em vigor**

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2016. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- **IFRS 9/ CPC 48 - "Instrumentos Financeiros"**: aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos

financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018, e substitui a orientação no IAS 39/CPC 38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de *hedge*. A administração entende que as novas orientações do IFRS 9 não trarão impacto significativo na classificação e mensuração dos seus ativos financeiros, bem como na contabilização das relações de *hedge*. O Grupo ainda não concluiu a avaliação detalhada de como as provisões de *impairment* serão afetadas pelo novo modelo. Embora não se espere um impacto relevante, a sua aplicação irá provavelmente antecipar o reconhecimento de perdas.

- **IFRS 15/CPC 47 - "Receita de Contratos com Clientes"**: essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11/CPC 17 - "Contratos de Construção", IAS 18/CPC 30 - "Receitas" e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos da adoção da nova norma, mas já identificou as principais áreas que serão afetadas: - Serviços de consultoria de IT: poderá resultar na identificação separada de obrigações de performance, afetando, assim, o momento de reconhecimento de receita de cada uma delas. - Programas de fidelidade: o IFRS 15 requer que a contraprestação total recebida seja alocada aos pontos e produtos com base nos preços individuais relativos ao invés do método do valor residual, o que poderia resultar em valores diferentes sendo alocados aos produtos vendidos e uma postergação no reconhecimento de parcela da receita. - Registros de certos custos incorridos no cumprimento do contrato – certos custos atualmente registrados diretamente na demonstração de resultado poderão ser ativados, nos termos do IFRS 15.
  - **IFRS 16 - "Operações de Arrendamento Mercantil"**: com essa nova norma os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17/CPC 06 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações. A norma irá impactar o registro das operações de arrendamento mercantil operacional que o Grupo tem em aberto. Conforme descrito na Nota 40 (b), o Grupo tem R\$ 73.025 de compromissos com arrendamento mercantil operacional. No entanto, o Grupo ainda não determinou até que ponto esses compromissos resultarão no reconhecimento de um ativo e um passivo para pagamentos futuros, bem como o impacto no seu resultado e na classificação dos fluxos de caixa. Importante mencionar ainda que alguns dos compromissos existentes podem se enquadrar nas exceções da norma – curto prazo e pequeno valor. Além disso, alguns compromissos podem estar relacionados a acordos que não serão qualificados como arrendamentos de acordo com a IFRS 16. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo.

**40. Eventos Subsequentes**

**a) Emissão de Debêntures**

Em reunião do Conselho Administrativo realizada em 22 de Dezembro de 2016, foi aprovada em 02 de janeiro de 2017 a 2ª (segunda) emissão de debêntures em duas séries, da espécie quirografária com garantia fidejussória pela controlada Lojas Riachuelo S.A., sem direito a conversão em ações, com oferta pública e esforços restritos de distribuição, com vencimento em 24 meses a contar da data de emissão, no valor de R\$ 475.000, conforme disposições legais e regulamentos aplicáveis.

**b) Empréstimo em Moeda Estrangeira**

Em 03 de janeiro de 2017, a controlada Lojas Riachuelo quitou o empréstimo tipo "swap" firmado com o Banco Itaú conforme contrato estabelecido entre as partes no valor de R\$ 175.641 (Nota 20).

**c) Certificados de recebíveis imobiliários**

Em 12 de fevereiro de 2017, a companhia arrematou a primeira parcela da operação firmada com o Gaia Securitizadora conforme contrato estabelecido entre as partes (Nota 22).

<b>CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</b>	<b>CONSELHO FISCAL</b>	<b>DIRETORIA EXECUTIVA</b>	
Nevaldo Rocha - <i>Presidente</i> Lisiane Gurgel Rocha - <i>Vice-Presidente</i> Elvio Gurgel Rocha - <i>Conselheira</i>	Ronald Gurgel - <i>Conselheiro</i> Paulo Ferreira Machado - <i>Conselheiro</i> Marcello Joaquim Pacheco - <i>Conselheiro</i>	Nevaldo Rocha - <i>Presidente</i> Flavio Gurgel Rocha - <i>Vice-Presidente</i> Oswaldo Aparecido Nunes - <i>Diretor</i>	Gilberto Sheizo Izumida <i>Contador - CRC - ISP 133031/0-8</i>

<b>PARECER DO CONSELHO FISCAL</b>	<b>DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES</b>	<b>DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS</b>
-----------------------------------	---	--

O Conselho Fiscal da Guararapes Confeções S.A., instalado em 12 de abril de 2016, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado o relatório da administração da Companhia, o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado do exercício, dos fluxos de caixa, do valor adicional, das mutações do patrimônio líquido e as respectivas notas explicativas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, e tomando como base o parecer dos auditores independentes PricewaterhouseCoopers, emitido em 14 de março de 2017, é de opinião que as citadas peças, examinadas à luz da legislação societária vigente, encontram-se em condições de serem encaminhadas à aprovação pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia. O Conselho Fiscal examinou, ainda, a proposta de destinação do lucro líquido do exercício (reserva legal: R\$ 10.129 mil, retenção para investimentos na Companhia e suas controladas R\$ 101.374 mil, reserva de lucros: redução/isenção do imposto de renda R\$ 33.727 mil e juros sobre capital próprio a acionistas R\$ 91.085 mil), bem como o orçamento de capital para o exercício de 2017, utilizando parcela de retenção de lucros (Art. 196 da Lei nº 6.404/76), entendendo que tais propostas estão em condições de aprovação pela Assembleia Geral.

Declaramos que baseado em nossos conhecimentos, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, da Guararapes Confeções S.A. e Controladas, concordamos com as opiniões expressas no parecer elaborado pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, não havendo qualquer discordância.

Revisamos este relatório das Demonstrações Financeiras relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, da Guararapes Confeções S.A. e Controladas, e com as discussões subsequentes, concordamos que tais demonstrações, refletem adequadamente todos os aspectos relevantes a posição patrimonial e financeira correspondentes aos períodos apresentados.

São Paulo, 14 de março de 2017.	Natal, 14 de março de 2017.	Natal, 14 de março de 2017.
Ronald Gurgel Conselheiro	Marcello Joaquim Pacheco Conselheiro	Nevaldo Rocha Presidente
Paulo Ferreira Machado Conselheiro	Flavio Gurgel Rocha Vice-Presidente	Oswaldo Aparecido Nunes Diretor

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Aos Administradores e Acionistas  
**Guararapes Confeções S.A.**  
**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Guararapes Confeções S.A. (a "Companhia" ou "Controladora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Guararapes Confeções S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Guararapes Confeções S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2016, o desempenho da companhia e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Principais Assuntos de Auditoria**

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas com um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

**Porque é um PAA**

**Perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa (Nota 13 das demonstrações financeiras)**

A Companhia, por meio de sua controlada Lojas Riachuelo S.A ("Riachuelo" ou "Lojas Riachuelo"), realiza vendas diretamente a consumidores que são, em sua maioria, pessoas físicas. A Riachuelo, por sua vez, através de sua controlada indireta Midway Financeira S.A ("Midway Financeira"), oferece crédito a tais consumidores finais, através da emissão de cartões de crédito da própria Lojas Riachuelo ou através de operação de crédito direto ao consumidor. Consideramos a estimativa do risco de perdas com recebíveis, originados dessas operações de crédito, como uma área de atenção de auditoria, tendo em vista a deterioração da economia e aumento da inadimplência, a relevância dos montantes envolvidos, a alta pulverização dos valores (tiquete médio baixo), os julgamentos envolvidos na determinação do valor de provisão para perdas na realização das operações créditos, bem como os acordos de renegociação de dívidas, que eventualmente podem não ser adequadamente considerados na avaliação de risco na realização dos recebíveis.

**Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria**

Dentre outros, efetuamos os seguintes procedimentos de auditoria: (i) Entendemos e avaliamos as políticas da administração e confirmamos que a política de estimativa e registro de perdas com recebíveis foi efetivamente aplicada e de maneira consistente. (ii) Testamos, através de recálculo, os valores apurados para fins de registro de expectativa de perdas, considerando os critérios estabelecidos. (iii) Testamos o critério adotado pela administração mencionado no item (i) acima para avaliarmos se a política foi aplicada para a contraparte com um todo e não somente para o título vendido. (iv) Testamos se os acordos e parcelamentos foram adequadamente considerados na avaliação do risco de perda em conjunto com as demais operações de crédito da Companhia. Nossos procedimentos indicaram que as perdas foram estimadas e reconhecidas de acordo com critérios e premissas razoáveis, no contexto das demonstrações financeiras da Companhia.

**Porque é um PAA**

**Provisões para riscos fiscais (Nota 25 das demonstrações financeiras)**

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em processos tributários em andamento, que envolvem responsabilidades contingentes. As estimativas de perda são avaliadas pela administração periodicamente, bem como levam em consideração a opinião de seus assessores jurídicos que patrocinam as causas. Uma vez que provisões para contingências envolvem julgamento da administração, ainda que com apoio de assessores jurídicos, consideramos este tema como uma área de foco em nossa auditoria, também levando em consideração o volume dos processos existentes e a relevância dos valores envolvidos. Mudanças nos prognósticos e/ou julgamentos críticos da administração sobre as probabilidades de êxito podem trazer impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

**Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria**

Etetuamos, dentre outros, os seguintes procedimentos de auditoria: (i) Efetuamos reuniões periódicas com a administração e revisamos as atas de reunião referentes a discussões decorrentes de processos judiciais. (ii) Obtivemos confirmações junto aos assessores jurídicos externos da Companhia contemplando os prognósticos de perda, bem como os montantes estimados como perda provável e possível para a totalidade dos processos em aberto e comparamos essas respostas com as estimativas da administração.

(iii) Com o apoio de nossos especialistas na área tributária, avaliamos a razoabilidade das estimativas da administração e de seus assessores jurídicos, para determinados processos, considerando a evolução desses processos e a jurisprudência existente, quando aplicável.

(iv) Quando aplicável, comparamos a classificação atual dos processos judiciais com a realizada em 2015, com o objetivo de avaliar a consistência entre exercícios.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a determinação das provisões e as divulgações em notas explicativas estão consistentes com as informações recebidas ao longo de nossa auditoria.

**Porque é um PAA**

**Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 26 das demonstrações financeiras)**

As Lojas Riachuelo, fundamentadas na expectativa de geração de lucros tributáveis, que tomou como base as projeções de rentabilidade futura e o limite de 30% do lucro tributável para compensação anual de prejuízos fiscais, conforme legislação vigente, registrou em suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, ativo fiscal diferido de R\$ 510 milhões, sendo R\$ 293 milhões decorrente de prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social. Consideramos essa como uma área de foco de auditoria pois a avaliação realizada pela administração da Companhia sobre a realização desses créditos envolve premissas e julgamentos subjetivos na projeção de lucros tributáveis futuros para compensação desses montantes.

**Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria**

Como resposta de auditoria, efetuamos, dentre outros, os seguintes procedimentos: (i) Envolvemos nossos especialistas em temas tributários e de avaliação para nos auxiliar nos testes dos cálculos dos créditos e em relação aos modelos e premissas críticas utilizados pela administração. Comparamos essas premissas com informações macroeconômicas divulgadas no mercado, bem como comparamos as informações dessas projeções com orçamentos aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia. (ii) Adicionalmente, analisamos os prazos de realização considerados nos estudos e os dados históricos da própria Companhia e suas controladas para testar a adequação e a consistência dessas estimativas de realização em relação aos utilizados nos exercícios anteriores. (iii) Finalmente, avaliamos as divulgações relacionadas com o reconhecimento desses créditos tributários. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a determinação dos créditos tributários são razoáveis, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações financeiras.

**Porque é um PAA**

**Revisão das bases de apuração de determinados tributos durante 2016 (Notas 15, 26 e 32 das demonstrações financeiras)**

Durante o ano de 2016, a administração da Companhia contratou consultores tributários para a realização de avaliações sobre a adequação da apuração do Imposto de Renda e Contribuição Social, bem como de PIS e COFINS. Como resultado desse trabalho, a administração revisou e contabilizou ativos relacionados a recuperação dos referidos tributos.

Esse processo foi considerado como ponto de atenção de auditoria devido aos seguintes aspectos: (i) Os montantes envolvidos geraram impactos significativos no resultado consolidado da Companhia em 2016; e (ii) A complexidade da legislação tributária brasileira, a interpretação da aplicação aos casos concretos pode mudar a depender da consolidação de entendimentos, dentre outros aspectos, demandando julgamento da administração e dos especialistas tributários externos.

**Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria**

Dentre os procedimentos de auditoria realizados, destacamos: (i) Avaliamos o processo adotado pela administração na revisão da apuração dos referidos tributos. (ii) Envolvemos nossos especialistas tributários na revisão dos pareceres jurídicos preparados pela administração e/ou de seus consultores tributários externos. (iii) Efetuamos teste documental de selecionadas transações que suportam os valores envolvidos. Os julgamentos da administração e as informações divulgadas nas notas explicativas estão consistentes com as posições dos consultores tributários da Companhia.

**Outros assuntos**

**Demonstrações de Valor Adicionado**

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as

demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
- Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de sua determinação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Recife, 14 de março de 2017

 PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes CRC 2SP000160/0-5 "S" SRN	Jose Vital Pessoa Monteiro Filho Contador CRC 1PE016700/ 0-0 "S" RN
--	---

